

21 MAR 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Com novo modelo, Justiça de SP solta 42% dos presos em flagrante

167 de 394 detidos foram liberados por juizes que analisaram gravidade dos casos e antecedentes

‘Essas pessoas estariam presas se não fossem as audiências’, afirma presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

REYNALDO TUROLLO JR.  
DE SÃO PAULO

A Justiça concedeu liberdade a 42% dos presos em flagrante que passaram por audiências de custódia em São Paulo —novo procedimento que completará um mês de testes na terça-feira (24) e pelo qual todo preso em flagrante precisa ser apresentado a um juiz em até 24 horas.

De 394 presos em flagrante nas regiões sul e central da capital —únicas a participarem do projeto-piloto até agora—, 137 obtiveram liberdade provisória e outros 30, encaminhamento assistencial.

“Essas 167 pessoas ficariam com certeza presas se não fossem as audiências”, afirmou José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que implementou as mudanças.

Isso acontecia, segundo o desembargador, porque os juizes anteriormente faziam uma análise meramente formal dos papéis enviados pela polícia, sem ver o preso.

### NOVO FLAGRANTE RESULTADO DO TESTE

**394** presos em flagrante em SP foram levados às audiências de custódia, de 24 de fevereiro a 18 de março

**167 (42%)**  
deles foram soltos

“A maioria [222 pessoas] ficou presa [preventivamente]. Isso mostra que a polícia, em tese, prende bem. Mas não se pode desconsiderar 167 que não precisariam ficar presas. Elas não precisam de prisão. Às vezes, precisam de hospital, de tratamento ambulatorial, de atendimento psiquiátrico”, disse Nalini.

Durante as audiências, em apenas cinco casos os juizes relaxaram a prisão —entenderam que não houve flagrante.

O balanço refere-se ao período de 24 de fevereiro até a última quarta-feira (18).

A partir da próxima terça, os presos em flagrante nas áreas da 3ª e 4ª Seccionais, responsáveis pelas zonas oeste e norte da capital, respectivamente, também serão levados às audiências de custódia, que são realizadas no Fórum da Barra Funda.

A ideia é expandir o modelo pela capital, depois pelo interior, até que se chegue a todo o país. O projeto tem apoio do Executivo e do Conselho Nacional de Justiça.

Para decidir pela conversão do flagrante em prisão preventiva ou concessão de liberdade provisória, os juizes levam em conta critérios como antecedentes, gravidade do crime e residência fixa.

“Havia um preso em flagrante de chinelo e shorts, que tinha tentado subtrair uma garrafa de bebida. Qual a vantagem de se manter essa pessoa presa?”, disse Nalini.

A implantação das audiências causou críticas de entidades de delegados, magistrados e promotores que apontaram uma série de dificuldades, como o elevado número de prisões, a necessidade de grande mobilização do poder público e a falta de estrutura para suportar tal mudança num curto espaço de tempo.

Em 2014, houve em média 292 casos de flagrantes por dia no Estado —cada um pode ter mais de um envolvido.

21 MAR 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça inicia ação contra cartel de trens em São Paulo

Juiz acata denúncia do Ministério Público e torna réis 11 empresas e a CPTM

**Promotores pedem dissolução de empresas acusadas de fraudar licitações durante os governos do PSDB**

ALEXANDRE ARAGÃO  
DE SÃO PAULO

O Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou denúncia do Ministério Público paulista e iniciou ação civil pública contra 11 empresas acusadas de promover cartel para a obtenção de contratos com a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). A estatal também tornou-se ré.

Proposto em dezembro passado, o processo foi aceito no dia 3 de março pelo juiz Marcos Pimentel Tamassia.

Os quatro promotores que assinam o pedido requereram, a princípio, que as companhias sejam dissolvidas porque “não agiam com probidade e boa-fé na consecução dos contratos [com a CPTM]”, segundo a petição.

Além disso, o Ministério Público requer que os contratos com as empresas sejam anulados, e que os valores sejam devolvidos ao Estado acrescidos de 30% a título de indenização por dano moral coletivo. A soma total gira em torno de R\$ 418 milhões.

Ainda em dezembro, no entanto, o magistrado argumentou que os motivos expostos não eram suficientes

para encerrar as empresas, e disse que o Ministério Público deveria refazer o documento que demandava ação.

Após esses procedimentos —e acatada a ação civil pública, neste mês—, as companhias serão citadas formalmente e poderão apresentar suas defesas ao tribunal.

O processo diz respeito ao período entre 2002 e 2007, quando o Estado foi governado pelos tucanos Geraldo Alckmin —atual ocupante do cargo— e por Cláudio Lembo.

### LENIÊNCIA

Em agosto de 2013, a Siemens —uma das empresas citadas na ação civil pública— fechou acordo de leniência com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), admitindo a existência do cartel. A multinacional alemã concordou em revelar como operava o esquema em São Paulo e no Distrito Federal entre 1998 e 2008.

Para o promotor Marcelo Milani, um dos que assina o pedido inicial aceito pela Justiça paulista, o acordo tem valor apenas no âmbito administrativo e não impede que a Siemens seja punida por meio da ação proposta.

“Funcionários da Siemens admitiram que houve cartel”, diz Milani à *Folha*. Para ele, provas e depoimentos prestados no acordo com o Cade podem ser usados pelo Ministério Público para fazer pre-

valecer a tese de que as empresas devem ser fechadas.

Para o promotor, o fato de o Tribunal de Justiça ter aceitado o pedido de abertura da ação reforça a tese de que houve formação de cartel por contratos da CPTM, tanto em contratos firmados para o fornecimento de novos trens às linhas da CPTM como para prestação de manutenção.

Além de Siemens e da estatal paulista de trens, também são réis no processo as empresas francesas Alstom e Bombardier, a espanhola CAF —e sua filial brasileira—, a japonesa Mitsui e a americana Temoinsa. Completam a lista de réis na ação as companhias brasileiras Tejofran, MPE, TTrans e MGE.

22 MAR 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### TJ do Rio lacrará setor de imóveis de heranças

Tribunal investiga  
servidores do órgão

A corregedora-geral do Tribunal de Justiça do Rio, desembargadora Maria Augusta Figueiredo, mandou lacrar a Central de Inventariantes do tribunal e afastar todos os seus funcionários.

A corregedoria está investigando irregularidades em locação de imóveis aos cuidados da central.

A decisão foi provocada por reportagem da Folha, que revelou que apartamento deixado pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) para sua mulher, Berta Gleizer Ribeiro (também morta em 1997), foi usado por funcionários do órgão.

Em 1997, a Justiça decidiu que um servidor ficaria responsável por cuidar do imóvel até que se encontrasse um herdeiro.

Entre 2000 e 2014, o imóvel teve como inquilinos duas mulheres de servidores.

Era cobrado um aluguel mensal de R\$ 800, contra uma média de mercado estimada em R\$ 5.000. O apartamento em Copacabana é avaliado em R\$ 3,8 milhões.

Durante esse período, o inventário da ex-mulher de Darcy sumiu três vezes das estantes do tribunal, no centro do Rio. A cada reaparecimento voltou com menos páginas.

Em 2014, a Justiça retirou o que estava no imóvel e, desde janeiro de 2015, está sob a guarda de Paulo Ribeiro, sobrinho de Darcy.

22 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

# O ADVOGADO DO DIABO

O defensor de Alberto Youssef diz que não vê 'resquício de corrupção' em Dilma Rousseff, desconversa sobre Lula e afirma que o doleiro é 'um baita comerciante' que 'não foge do pau'

O escritório do advogado Antonio Figueiredo Basto, 50, fica em um sobrado de três quartos no bairro Mercês, em Curitiba (PR). A recepção tem dois sofás de couro, rasgados e com a espuma aparecendo em alguns lugares. Na mesa lateral estão as revistas "Época" e "Veja", que diz: "A Operação Lava Jato e o PT". Outra publicação, "Bom Gourmet", ensina a fazer hambúrguer.

Basto chama a colunista, recebida por ele há alguns dias, para a sala de reuniões. E começa a falar de seu cliente mais famoso, "o Beto", como ele chama o doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato preso há um ano por lavar dinheiro de corrupção na Petrobras.

"Eu já libertei ele de umas cinco prisões", diz (Youssef já foi detido nove vezes). "O primeiro caso que tive com o Beto foi o da Prefeitura de

Londrina [de lavagem de dinheiro]. Outro foi o da Copel [de irregularidades na empresa de energia do Paraná], um caso de enorme repercussão. Envolveu toda a Assembleia Legislativa do Paraná, secretários de Estado [para quem Youssef repassava propina]. Eu estava em casa e minha ex-esposa diz: 'Olha lá teu cliente no 'Fantástico'. Cinco minutos depois, ele liga. E eu: 'Corre para o meu escritório'." Youssef ficou só dois dias preso.

Nos anos 2000, nova encenação: "Beto" se envolveu no maior escândalo do país sobre remessas ilegais ao exterior, o do Banestado. Respondeu a "40 inquéritos e dez ações penais". Fez delação premiada e escapou da prisão. "Foi o primeiro grande acordo de delação. O modelo que tá aí, fui eu que desenhei. Autorizei depois o Ministério Público a usar. Até lecionei para eles."

Na Lava Jato, Youssef delatou de novo, em troca de alívio no castigo. Vai ficar preso por três anos.

"O Beto se criou desde garoto vendendo coxinha no aeroporto de Londrina. Ele tinha sete anos", relata o advogado. "Com 14, já pilotava avião e trazia contrabando de outros países para o Brasil. Ele é um baita comerciante, um cara simpaticíssimo, conversador. Não foge do pau. Ele vai buscar."

Quando fala da Lava Jato, Basto atira para cima. "Essa é uma organização criminosa ligada a um projeto de poder. Há alguém por trás disso tudo." Desenha um organograma numa folha de papel. Coloca "Beto" na parte mais baixa da hierarquia. "Ele era um mero operador."

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

Escreve, acima do doleiro, os nomes de empreiteiros, diretores da Petrobras e partidos que davam e recebiam dinheiro. No topo, desenha um quadrado vazio. "Alguém aqui garantiu isso tudo. Se eu cortar o homem que tá aqui em cima, ou a mulher, se eu cortar essa cabeça, o resto embaixo some."

Em depoimento ao Ministério Público, Youssef disse que "Lula e Dilma sabiam de tudo". É a isso que o advogado se refere? "O Beto vai explicar o que quis dizer com isso no depoimento que vai dar à Justiça no dia 30." Basto passa então a defender a presidente Dilma Rousseff. "A Dilma, não. O Beto sempre diz que ela não está envolvida com corrupção, isenta a Dilma totalmente."

E segue: "Eu te diria quase que com certeza absoluta: não vejo resquício de corrupção nessa mulher. Ela mantém uma dignidade pessoal e não vendeu a honra. Digo isso como o primeiro advogado que chegou à Lava Jato".

E Lula? Basto desconversa, muda de assunto. Depois de um tempo, discorre sobre "a cegueira deliberada".

"Soldados que cometeram crime de guerra são culpados. E quem tinha responsabilidade hierárquica sobre eles? É culpado? Aliás, o Stálin matou cem vezes mais do que o Hitler. Mas a esquerda adora tratar o Stálin como herói. Como faz com todos os grandes canalhas, o Hugo Chávez, o Fidel Castro, todos os outros babacas."

Diz acreditar que "a esquerda não gosta de pobre. Gosta é de sinecura, de empreguismo. Sempre aparelhou o Estado com os mais variados métodos, da matança à corrupção".

Basto afirma que nunca votou "e jamais votarei" no PT. "Aliás, votei uma vez, no Lula em 89, porque o Collor não dava." Diz que, "lamentavelmente", não pôde ir às manifestações contra Dilma, no dia 15, por causa de "compromissos familiares". Acha que a presidente "deveria se desvincular imediatamente do PT, porque PT significa atraso e corrupção".

No começo da Lava Jato, foi acusado de ser ligado ao governador Beto Richa, do PSDB —o advogado já fez parte do conselho da empresa de saneamento do Estado. Dessa proximidade viria um suposto esforço para que Youssef atingisse o PT em suas delações. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, chegou a dizer que Basto operava para o PSDB e queria interferir nas eleições.

"Isso foi coisa do débil mental do [senador Roberto] Requião [do PMDB, que apontou a ligação do advogado com Richa]. Eu achava que ele não existia, mas me falaram que ele existe e que está por aí, solto." Afirma que já ganhou ações contra o senador. "Por isso ele se importa tanto comigo."

É, sim, amigo de Richa, "desde garoto. Estudamos na mesma classe no Colégio Bom Jesus. Ele já foi meu cliente". Votou em Aécio Neves para presidente. Sem ilusão. "Talvez, se ele ganhasse,

as coisas estariam exatamente iguais." Afirma não ser filiado a partido. "E minhas posições nunca influenciaram o meu trabalho. Defendo o meu cliente. Eu inclusive era contra o Beto fazer delação agora. Mas ele quis."

"A mim não importa o que dizem esses blogs financiados pelo governo [federal]", diz. "A esquerda é pródiga em destruir a reputação alheia. Mas eu não tenho medo desses caras. A minha única ideologia é: sou contra corruptos e preguiçosos. E não gosto de anarquia."

Estava escrevendo um romance quando estourou a Lava Jato. Agora, não tem mais tempo. É também autor de contos. Em um deles, "O Inominado", relata como o personagem tenta afastar de si "aquela fêmea que se contorcia sobre meu corpo". E a reação dela: "Por acaso 'você é um veado esnobe', venha foder seu putô".

Contratado para negociar a delação premiada de Ricardo Pessoa, dono da empreiteira UTC, ele defende o lado empresarial da Lava Jato. "Um Ricardo Pessoa tem atrás dele 30 mil funcionários. Gerou emprego, tecnologia, progresso. Falam dessa coisa de elite branca. A elite branca toca esse país há mil anos. Ela carrega esse país nas costas sozinha."

## CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

22 MAR 2015

Desafina o coro dos que acusam o juiz Sergio Moro, que conduz as investigações, de forçar delações premiadas ao manter os empreiteiros presos, numa situação que se assemelharia à tortura. "O meu cliente não foi coagido de jeito algum." Ele se diz "um admirador" do juiz. Mas ressalva: "O protagonismo que a sociedade deu a ele é perigoso. Pode fazer com que ele deixe de ter a neutralidade necessária para julgar".

A era das facilidades para os advogados, de qualquer forma, acabou, diz Basto. "Não há mais espaço para a presunção de influência. Agora teremos de lutar realmente pela presunção da inocência." E emenda: "Nós, advogados, temos que buscar soluções e teses engenhosas para defender, muitas vezes, grandes mentiras e situações indefensáveis".

“ [Dilma]  
deveria se  
desvincular  
imediatamente do  
PT, porque PT  
significa atraso e  
corrupção

A esquerda não  
gosta de pobre.  
Gosta é de sinecura,  
de empreguismo

A esquerda é pródiga  
em destruir a  
reputação alheia.  
Mas eu não tenho  
medo desses caras

A elite branca toca  
esse país há mil  
anos. Ela carrega  
esse país nas costas  
sozinha

23 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Prejuízos de R\$ 20 mi do STJ são investigados

## Sindicância apura indícios de superfaturamento em contratos

**Compra de antena desnecessária e troca de cabeamento da rede estão entre os gastos investigados**

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

Uma antena de rádio de 50 metros erguida no estacionamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) não tem nenhuma utilidade e não se sinaliza a suspeita de mau uso do dinheiro público. A compra da torre é parte de uma investigação sobre prejuízos de R\$ 20 milhões em contratos do STJ com indícios de superfaturamento e direcionamento de licitação.

A ideia do link de rádio (antena) foi atribuída ao receio de vazamentos, uma influência, na época, das revelações do norte-americano Edward Snowden. Com o sistema, haveria comunicação direta com as residências dos ministros sem passar por nenhuma operadora.

Tentou-se colocar a antena na cobertura do prédio do STJ, que não comportava o peso do material. Vários ministros recusaram ter antena em suas residências. O Senado negou autorização para

colocar a antena no prédio, de sua propriedade, onde moram dez ministros do STJ.

Para fornecer e instalar a antena, a Stelmat Teleinformática Ltda., de Cuiabá (MT), venceu um pregão eletrônico de 40 minutos, realizado na véspera do Natal de 2013 e homologado na véspera do Ano Novo, durante o recesso do Judiciário. Ofereceu lance de R\$ 8 milhões.

Para trocar o cabeamento da rede de comunicação de dados do STJ, a Alsar Tecnologia em Redes Ltda., de Brasília, venceu pregão de uma hora, no dia 26 de dezembro de 2013. Ofereceu lance de R\$ 37,4 milhões.

Calcula-se um sobrepreço de R\$ 13 milhões na troca do cabeamento. Dos R\$ 8 milhões da antena, o tribunal pagou R\$ 3,5 milhões. O prejuízo total inclui ainda R\$ 3,5 milhões pagos à VA&R Informática Ltda.

Assim que assumiu a presidência, em setembro de 2014, o ministro Francisco Falcão constatou que os recursos para Tecnologia da Informação se esgotaram em julho daquele ano. Uma comissão de sindicância tomou o depoimento de 27 pessoas, incluindo empresários e ex-assessores do ministro Felix Fischer, que antecedeu Falcão.

O ex-presidente não é citado no relatório final.

Falcão entregou, em mãos, cópia do relatório da sindicância ao diretor da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, entre outras autoridades.

Foi aberto um processo administrativo disciplinar contra 12 agentes, alcançando os então responsáveis pela Diretoria-Geral do STJ e pelas secretarias de Administração e Finanças e de TI.

“Só tive conhecimento de possíveis irregularidades na última semana no exercício da Presidência”, afirma Fischer. “De imediato, determinei providências, inclusive suspendendo pagamentos.”

Fischer considera prematuro opinar sobre as conclusões da sindicância aberta pelo sucessor. “Reafirmo o meu interesse que os fatos sejam devidamente esclarecidos e, caso constatadas irregularidades, adotadas todas as medidas legais cabíveis”, diz.

A comissão atribuiu maior responsabilidade ao ex-diretor-geral, Maurício Carvalho, que teria extrapolado o limite orçamentário para aquisições na área de TI sem consultar a área financeira e usado reserva técnica para garantir o contrato com a Alsar.

Carvalho atualmente é assessor técnico do gabinete da Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral da República. Ele nega as acusações.

Falcão diz que não fará comentários antes do final das investigações.

23 MAR 2015

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTROLADO<

## Ex-diretor do STJ e empresas negam sobrepreço e falta de transparência

O diretor-comercial da Al-sar Tecnologia em Redes, Ronei Machado, nega superfaturamento na substituição da rede de cabeamento do Superior Tribunal de Justiça.

“O pregão contou com participação de 14 empresas. A Al-sar foi vencedora com valor final de R\$ 37,1 milhões, uma redução de 12,4% em relação ao valor estimado inicialmente pelo próprio STJ. Não há que se falar em sobrepreço se a referência de valor foi determinada pelo STJ”.

Eliane Lavoyer de Araújo, gerente da Stelmat Teleinformática Ltda., diz que o projeto de instalação de rede de comunicação de dados privativa “foi paralisado pela atual gestão, sem qualquer explicação e sem o pagamento das últimas medições dos serviços executados”.

Ela diz que a Stelmat Teleinformática foi vencedora, dentre seis empresas.

O ex-diretor-geral do STJ, Maurício Carvalho, diz que a antena foi adquirida “por necessidade de segurança, apontada por auditoria independente que condenou a fragilidade da segurança na comunicação e rede do STJ”.

“Todos os processos licitatórios foram realizados por meio de pregão eletrônico, com vários participantes, com total transparência, tendo acompanhamento simultâneo pelo Tribunal de Contas da União”.

Ele nega extrapolação dos limites orçamentários.

A Folha não conseguiu entrar em contato com a empresa VA&R Informática Ltda.

23 MAR 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# A escolha de ministros do Supremo

ANTONIO CÉSAR BOCHENEK

Um tema que merece maior atenção da sociedade é a nomeação de ministros para os tribunais superiores e, com maior ênfase, para o STF (Supremo Tribunal Federal).

O atual modelo constitucional para a indicação ao STF deita raízes na primeira Constituição brasileira, com inspiração no sistema norte-americano. De acordo com o artigo 101 da atual Constituição, o presidente da República pode indicar qualquer cidadão que preencha o requisito etário, ou seja, mínimo de 35 anos, e tenha notável saber jurídico e reputação ilibada.

O nome escolhido pelo chefe do Executivo deverá ser aprovado pela maioria absoluta do Senado, antes da posse. O modelo norte-americano parece funcionar naquela sociedade, pois os nomes indicados sofrem profundo exame da imprensa, cidadãos, comunidade jurídica e, principalmente, pelo Senado.

Nos EUA, os posicionamentos dos candidatos sobre importantes questões são objeto de detalhado estudo e crítica. Não raras vezes, há rejeição dos nomes pelo Senado e, em casos específicos, potenciais indicados são previamente eliminados frente o clamor popular ou sinali-

**A tendência do moderno constitucionalismo indica maior e efetiva participação da sociedade na nomeação de ministros do STF**

zação política muito negativa.

Ocorre que esse modelo, como é notório, não tem funcionado satisfatoriamente no Brasil, seja por força da ampla liberdade de escolha do presidente da República, seja porque há superficial discussão pela sociedade e pelo próprio Senado quanto ao nome indicado.

No que diz respeito à sociedade, importa chamar a atenção para a imperiosa necessidade de modificação constitucional do critério de nomeação de ministros do Supremo. A tendência do constitucionalismo moderno indica maior e efetiva participação de diferentes segmentos da sociedade.

No Congresso, tramitam hoje diversas Propostas de Emenda Constitucional, objetivando a divisão dessa atribuição entre vários agentes. Além da alteração dos critérios de escolha e número de membros, debate-se a existência e a duração

de mandatos, bem como as instituições que participariam do processo. Enfim, o que resta comprovado é a falência clara do modelo atual.

Sem embargo da qualidade das indicações existentes, é imprescindível, qualquer que seja o sistema de escolha, uma maior inclusão de membros da magistratura entre os integrantes do STF. A composição atual do órgão de cúpula do Judiciário apresenta número reduzido de magistrados.

Como ocorreu nas últimas vagas, a magistratura oferta excelentes nomes para a composição do STF e continuará a oferecê-los. A Ajufe defende um amplo controle social das indicações ao STF com profundo exame sobre o histórico de vida dos candidatos e o seu posicionamento sobre temas importantes.

Além disso, espera que o Congresso Nacional envolva diferentes segmentos da sociedade brasileira na discussão e aprovação de uma proposta definitiva que torne mais transparente, democrática e republicana a escolha dos ministros de nossa suprema corte.

ANTONIO CÉSAR BOCHENEK, 39, juiz federal, é presidente da Ajufe - Associação dos Juizes Federais do Brasil

23 MAR 2015

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### **DALANÇO**

O relatório de gestão do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), finalizado na semana passada, aponta que foram abertas 74 investigações de assédio moral na corte no segundo semestre de 2014.

### **ADEUS, VIAGENS**

O documento mostra também que o tribunal economizou R\$ 400 mil em passagens aéreas e diárias de hotel no segundo semestre de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013. O resultado foi obtido graças ao corte de viagens de juízes e servidores para comparecer a eventos. A medida, implementada no ano passado, gerou desconforto na corte.

21 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Paraná tem 25 mil mandados de prisão em aberto

### Paraná tem 25 mil mandados de prisão em aberto

¶ Dos cerca de 437 mil mandados de prisão a serem executados no Brasil, 25.835 são do Paraná. A maior parte se refere a decisões dos tribunais de Justiça dos três estados mais populosos da federação: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Se todos os mandados fossem cumpridos, o sistema penitenciário entraria em colapso.

Problema é comum em vários estados do país. Se todos os mandados fossem cumpridos, o sistema penitenciário entraria em colapso

*Diego Ribeiro, com informações da Agência O Globo*

¶ O Brasil tem hoje uma fila de quase 437 mil mandados de prisão a serem executados pelas polícias, a maior parte se refere a decisões dos tribunais de Justiça dos três estados mais populosos da federação: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os dados são do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

que concentra informações das justiças estadual, federal, militar e eleitoral. No Paraná, há 25.835 mandados de prisão em aberto.

Uma mesma pessoa pode ter contra si mais de uma ordem de captura. Dessa forma, embora revele o número de mandados de prisão, a ferramenta do CNJ não informa quantas pessoas são alvos deles. Ainda assim, se todos os mandados fossem executados ao mesmo tempo, o sistema carcerário sofreria um colapso.

Os dados mais recentes do Ministério da Justiça, de dezembro de 2012, apontam que o Brasil tem uma população carcerária de 548 mil pessoas, das quais 75% estão presas em regime fechado provisoriamente ou por terem sofrido condenação definitiva. O déficit, que naquele ano era de 237 mil vagas, seria ainda maior com o cumprimento de todos os mandados. No Paraná, por exemplo, havia até o fim do ano passado 28.106 presos no sistema (18.536 nas penitenciárias e 9.753 em delegacias).

“Se fossem cumpridos todos os mandados de prisão haveria um quadro ainda mais grave, nesse contexto em que o Brasil já é o país com a terceira maior população carcerária. Não teria como gerir isso”, opina o professor de Direito Penal André Mendes, da FGV Direito Rio.

De acordo com ele, o Brasil tem a maior taxa de encarceramento no mundo. “Há uma certa cultura de encarceramento. A regra é a liberdade, a prisão deve ser excepcional. Se a gente tem um número alto de pessoas presas sem condenação, temos uma inversão dessa lógica.”

Desde a alteração no Código de Processo Penal, em 2011, há um esforço para substituir, em alguns casos, a prisão provisória por medidas cautelares — como o uso de tornozeleiras eletrônicas, proibição do réu de deixar a cidade e a obrigação do acusado de comparecer à Justiça de tempos em tempos. No Brasil, 38% dos presos no sistema penitenciário ainda aguardam julgamento.

#### Agilidade

André Mendes diz que a sensação de que os mandados de prisão da Operação Lava-Jato, por exemplo, são cumpridos de forma mais rápida que os demais tem uma explicação. “A Polícia Federal atua em crimes que são de competência da Justiça Federal. O fluxo de trabalho da Polícia Civil é muito maior e o número de mandados, também. A Polícia Federal acaba conseguindo cumprir com mais eficiência, por causa do fluxo”, afirma. No Paraná, há 620 mandados de prisão expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4).

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SISTEMA

21 MAR 2015

## **Banco de dados criado em 2011 reúne nomes de pessoas que deveriam estar presas**

❑ Criado em 2011 por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e posto em prática no início de 2012, o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) reúne em um único sistema os nomes de quem deveria estar preso.

A desarticulação entre os estados, no entanto, sempre foi um problema. Agora, caso uma pessoa seja detida em uma unidade da Federação, a polícia local pode verificar no sistema se a prisão dele é pedida por outro estado. Além disso, todos os cidadãos podem ter acesso ao banco.

### **Competência**

Segundo a resolução do CNJ que instituiu o banco de dados, qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu. Se isso ocorrer, o juízo que tomou conhecimento da prisão deve comunicá-la às outras autoridades em 24 horas. Mas apenas o juízo expedidor do mandado pode atualizar a situação no BNMP.

O banco de dados do CNJ contém várias informações sobre os procurados: o número do processo, o nome do magistrado que fez o pedido, os crimes dos quais a pessoa é acusada e as características físicas dela. Em alguns casos, há fotos dos réus. São quase 105 mil fichas oriundas do Tribunal de Justiça de São Paulo. No caso do TJ do Rio, são 36,4 mil. Os próprios tribunais alimentam a base com as informações dos investigados. **(DR)**

## **O OUTROLADO**

A Secretaria da Segurança do Paraná reconhece que há um grande número de mandados de prisão em aberto. Mas ressalta que, desde o início da gestão do secretário Francischini, as polícias estão empenhadas em efetuar as prisões, principalmente de autores de homicídios, tráfico e assaltos. A secretaria cita a construção de 12 novos presídios e a ampliação de outras oito unidades prisionais.

21 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Fiscais da Receita, empresários e policial são presos em nova operação em Londrina

Gaeco cumpriu 21 mandados de prisão.

Investigação é um desdobramento do escândalo de corrupção na Receita Estadual

### LONDRINA

Tatiane Salvatico, Fábio Calsavara e Fábio Silveira, do Jornal de Londrina

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu nesta sexta-feira (20) 14 mandados de prisão preventiva, sete mandados de prisão temporária, 30 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de condução coercitiva. Entre os detidos estão fiscais da Receita Estadual, um policial civil, um contador e empresários considerados pelo Ministério Público (MP) como “testas de ferro”.

A Operação Publicano é um desdobramento do escândalo de corrupção na Receita Estadual em Londrina. O nome é uma referência aos cobradores de impostos judeus a serviço do Império Romano. Nos textos bíblicos, os cobradores são citados como “o pior tipo de gente”.

O promotor Cláudio Esteves classificou a operação como uma das mais ousadas rea-

### 30 MANDADOS

de busca e apreensão e 15 mandados de condução coercitiva foram cumpridos.

lizadas pelo Gaeco. Sem detalhar o caso, ele contou que um dos investigados tentou corromper um agente policial do MP. “Essa pessoa queria pagar para o agente avisar a quadrilha quando tivesse alguma operação do Gaeco.”

De acordo com o promotor, até a manhã desta sexta não era possível mensurar o valor desviado pela quadrilha. “Nós temos a ideia que haja uma sonegação sistemática de determinadas pessoas, protegidas por agentes públicos ligados à Receita Estadual.” Cláudio Esteves disse que as investigações da Operação Publicano começaram há cerca de nove meses.

Um dos objetos da investigação é a corrupção de policiais para liberar o transporte de alguns produtos com problemas fiscais na região de Londrina, segundo o promotor.

Esteves pontuou ainda que a operação da sexta tem diversos segmentos, mas que não, necessariamente, têm ligação com outras ações recentes do Gaeco. “As operações Voldemort e Publicano são originadas em uma mesma situação, mas tratam de casos

distintos, embora haja alguma correlação.”

Na Operação Voldemort, na segunda-feira (16), Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa, foi preso pelo Gaeco. Abi é suspeito de ter participado de um esquema de fraude em uma licitação do governo.

### Prisões

O policial civil André Santelli foi preso em Ibiporã, na Região Metropolitana de Londrina, enquanto trabalhava na delegacia local. Segundo o Gaeco, ele seria ex-funcionário da Receita Estadual e teria um irmão que trabalha no órgão.

A auditora da Receita Rosângela Semprebom foi detida em sua residência. Ela é irmã de Luiz Antônio de Souza, auditor fiscal preso em janeiro. Outro auditor, Marco Antônio Bueno, também foi preso.

O Gaeco cumpriu ainda mandado de prisão do ex-delegado da Receita Dalton Lázaro Soares. Stefan Ruthschilling, proprietário de uma distribuidora de combustível da região, também está entre os presos. Entre os mandados de prisão cumpridos, três eram destinados a suspeitos presos anteriormente pelo Gaeco: o auditor Luiz Antônio de Souza, o delegado da Receita José Luiz Favoretto Pereira e o empresário Paulo Roberto Midauar.

CONTINUA

## Parceiro de corrida de Richa seria o cabeça de fiscais presos

O ex-inspetor-geral de Fiscalização da Receita Estadual Márcio de Albuquerque Lima é suspeito de ser o cabeça do grupo de fiscais do órgão presos nesta sexta-feira (20) em Londrina, segundo o telejornal Paraná TV 2.ª Edição, da RPC TV.

Lima foi companheiro no automobilismo do governador Beto Richa (PSDB). Em dezembro, eles correram pela mesma equipe na prova das 500 milhas da cidade.

Lima, considerado foragido segundo o Paraná TV, foi chefe da Receita em Londrina e, depois, alçado à Inspeção Geral de Fiscalização.

Em uma das situações investigadas, Lima teria negociado com um empresário

### Governador diz ter "relações sociais" com o "primo" preso

Chico Marés e Rogerio Galindo

O governador Beto Richa (PSDB) afirmou na manhã desta sexta-feira (20) que tem "relações sociais" com Luiz Abi Antoun, preso na segunda-feira pelo Gaeco por suspeita de manipular contratação de empresa para manutenção de viaturas policiais. "Temos relações sociais. Mas não posso ser punido pelos erros que outras pessoas cometem", afirmou. Richa disse, no entanto, que o parentesco entre ele e Abi é distante. "Pelo Código Civil, nem somos parentes", disse. Luiz Abi, entretanto, sempre foi conhecido como "primo" de Richa. Porém, após a prisão dele, o governo divulgou informações afirmando que os dois são parentes distantes, em sétimo grau.

que tinha uma dívida com a Receita, orientando-o a procurar o auditor Luiz Antônio de Souza para executar o acerto. O débito teria sido então quitado e os auditores, beneficiados com propina.

Ainda não se sabe como era feita a divisão dos valores recebidos indevidamente. Souza está preso desde janeiro, quando foi flagrado num motel com uma adolescente.

Lima foi exonerado da Inspeção Geral em 2 de março, três dias antes de o Gaeco bater na porta do seu gabinete, em Curitiba. A decisão, porém, só foi publicada no Diário Oficial em 6 de março.

Em pelo menos dois casos, os empresários teriam pago R\$ 200 mil para "quitar" dívidas milionárias com a Receita Estadual. Nem todos os funcionários da Receita investigados por envolvimento no esquema de corrupção estão diretamente relacionados aos casos de exploração sexual de adolescentes investigados. (FS)

### Medidas

O governo do estado fez o primeiro gesto nesta sexta-feira para não parecer que está a reboque das investigações do Gaeco. Richa assinou um despacho que será publicado em Diário Oficial determinando que sejam levantados, em 48 horas, os antecedentes criminais de todos os agentes da Receita Estadual. Segundo o texto assinado pelo governador, isso se deve ao fato de notícias darem conta de que podem ter corrupção na Receita. O texto foi enviado para a Controladoria-Geral do Estado. Nesta sexta-feira, 16 funcionários da Receita foram presos sob a suspeita de estarem recebendo propinas para facilitar a sonegação de ICMS no estado. Além disso, o governo do Paraná anunciou que vai criar um telefone 0800 para denúncias gratuitas e anônimas de irregularidades, assim como uma página de Facebook para a mesma finalidade.

CONTINUA

21 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Para secretária, licitação foi legal

Katia Brembatti e Diego Ribeiro

A secretária estadual de Administração, Dinorah Nogara, afirma que não tinha meios para saber sobre o suposto esquema de fraude na escolha da empresa Providence para o conserto de viaturas na região de Londrina. Ela assegura que, do ponto de vista das formalidades e legalidades, o processo licitatório estava normal. “Tenho certeza absoluta que fizemos tudo correto”, diz. Dinorah acrescenta que, se houve algo irregular, cabe à polícia e ao Ministério Público apurar.

O convite às outras duas empresas — que, segundo a investigação, participaram da licitação apenas para perder — teria sido feito por indicação de integrantes da Polícia Militar. “Não fui eu que fiz a escolha”, reforça. A secretária alega que fazer o contrato emergencial era necessário já que havia expirado o prazo da empresa anterior e o novo sistema de gestão ainda não estava pronto para operar. “Não poderíamos deixar [os carros] sem manutenção.”

Sobre o fato de a Montavel (oficina que já prestava o serviço em Londrina) não ter sido chamada para a licitação emergencial, Dinorah alega que foram três motivações: várias reclamações sobre a demora e qualidade dos serviços prestados; por estar litigando contra o governo e por praticar altos preços. Na prática, estar processando o estado não impede a participação em novos contratos. E os altos preços poderiam ser derrubados na avaliação das propostas. Já as reclamações deveriam render processo administrativo e poderiam, caso fos-

sem comprovadas, levar ao rompimento do contrato vigente.

Dinorah rechaça qualquer insinuação de superfaturamento nos preços praticados pela Providence, que, na prática começou a prestar o serviço em janeiro. Os gastos teriam sido 11% menores do que os praticados pela empresa anterior (R\$ 298 mil para a Providence por 215 veículos consertados contra R\$ 498 mil por 323 serviços — média de R\$ 1.390 por carro na Providence e R\$ 1.544 na Montavel).

### SUSPENSO

A Secretaria de Estado de Administração informou que, desde segunda-feira (16), suspendeu preventivamente o contrato com a empresa Providence. A licitação, porém, continua vigente.

21 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Sesp atrasa repasse do fundo rotativo de delegacias

| Felipe Aníbal

■ Mais uma vez, o aperto financeiro do governo do Paraná trouxe reflexos às forças de segurança pública. As mais de 450 delegacias da Polícia Civil ainda não receberam, neste ano, nenhuma parcela do fundo rotativo — recurso destinado à compra de itens básicos, como material de escritório e higiene e, em alguns casos, comida para presos. Nem mesmo os estagiários dos distritos de Curitiba e região metropolitana conseguiram escapar do arroxó: estão sem receber vale-transporte.

Via assessoria de imprensa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) informa que os pagamentos serão feitos na próxima semana. Não houve confirmação quanto ao número de estagiários que estão sem vale e nem de quanto é o valor referente ao fundo rotativo atrasado.

Principalmente no interior, as delegacias já operaram na base do improvisado e “na pendura”. Dois delegados consultados pela reportagem, um do Norte e outro da Região Noroeste, revelaram que a falta de recursos ameaça comprometer o trabalho nos distritos. “Eu tirei R\$ 100 do bolso para comprar papel, senão não teria sequer como imprimir boletim de ocorrência. Os comerciantes não querem vender. Estão todos ‘loucos’

com o estado.” Em Curitiba e região metropolitana, a situação só não é pior porque a Sesp mantém uma empresa terceirizada que fornece materiais de limpeza e faz este serviço às delegacias. Entretanto, delegados revelam que, com o atraso, os reflexos da crise se fazem sentir na capital.

“Essa empresa não está recebendo. Então, ela não cortou as serventes. Continua mandando a equipe, mas os produtos de limpeza não estão vindo. Eu estou remanejando dinheiro pra comprar esses itens, senão é capaz de faltar papel higiênico”, revelou um delegado, que pediu para não ser identificado.

### Sem vale

Os estagiários das delegacias de Curitiba e região metropolitana estão, ao menos, desde o início deste mês sem receber o vale-transporte. Consultado pela reportagem, um deles disse que se surpreendeu quando, ao entrar em contato com o Departamento da Polícia Civil, foi informado de que não havia previsão para que o pagamento fosse efetuado. Alguns só não deixaram de comparecer ao estágio porque os colegas se uniram para driblar a falta do repasse.

“Os próprios policiais e delegados estão fazendo vaquinha pra que os estagiários possam vir trabalhar”, diz o rapaz, que estagia em uma delegacia de Curitiba. “Só não perdi a vaga porque um policial que mora perto da minha casa está me dando carona”, conta outro estagiário, que atua em Colombo. Já um delegado da capital revela que gastou mais de R\$ 100 para pagar as passagens de estagiários.

21 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## **MPF quer transformar corrupção em crime hediondo**

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, lançou nesta sexta-feira (20) um pacote com dez propostas que serão enviadas ao Congresso e visam melhorar o combate à corrupção. Entre as medidas, há um anteprojeto de lei para transformar em hediondo os crimes de corrupção que envolvam altos valores, elevando a pena máxima de 12 para 25 anos.

Entre as propostas, há algumas idênticas ou muito semelhantes às lançadas pela presidente Dilma Rousseff nesta quarta (18) em seu próprio pacote anticorrupção, como a criminalização do caixa dois, do enriquecimento ilícito de agente público e a criação de mecanismos que tornem mais fáceis a recuperação de dinheiro desviado do erário.

O pacote do Ministério Público, no entanto, ataca também alguns fatores que muitas vezes fomentam a impunidade e não fizeram parte do pacote de Dilma. Entre elas, há uma proposta para responsabilizar partidos políticos que usam caixa dois, sugestões para a alteração do sistema de prescrição penal e ajustes nos casos em que erros levam à nulidade de ações penais.

De acordo com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o pacote surgiu a partir da experiência do Ministério Público em diversas operações de combate à corrupção. Ele citou, como exemplo, a Ararath e a Lava Jato.

“São dez medidas que queremos sugerir. Encaminharemos ao Congresso por entender que essas sugestões possam melhorar a atuação do MPF no combate a essa chaga da nossa sociedade que é a corrupção”, disse.

A apresentação das propostas foi feita numa coletiva à imprensa que também contou com a participação do procurador Deltan Dallagnol, responsável pelas ações da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná.

21 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## STF nega recurso contra adoção feita por casal homoafetivo

Decisão da ministra Cármen Lúcia beneficiou o casal de Curitiba Toni Reis e David Harrad, que tem três filhos adotivos

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou recurso do Ministério Público do Paraná (MP-PR) contra a decisão da Justiça de conceder a adoção conjunta de uma criança ao casal homoafetivo Toni Reis e David Harrad, que mora em Curitiba. A decisão foi publicada pelo STF na quarta-feira (18).

A relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, baseou-se em decisão do próprio Supremo. Em maio de 2011, o tribunal havia equiparado a união estável homoafetiva à heterossexual. Em sua decisão, a ministra falou sobre o processo adotivo. "Lugar de crianças e adolescentes não é propriamente o orfanato, menos ainda a rua, a sarjeta, ou os guetos da prostituição infantil e do consumo de drogas afins... Mas o comunitário ambiente da própria família".

O Ministério Público do Paraná informou que o recurso foi movido pela Coordenadoria de Recursos Cíveis

e não por um procurador específico. A assessoria do órgão disse ainda que não é possível dizer se haverá novos recursos, uma vez que a íntegra da decisão deve demorar até 40 dias para ser remetida à coordenadoria.

### Briga no Judiciário

O processo de adoção começou há 15 anos. Desde o início, Reis e Harrad queriam adotar em conjunto e não como solteiros. O objetivo, segundo eles, era garantir o bem e a segurança dos filhos em caso de falecimento de um dos parceiros. Na adoção individual, se o parceiro titular da adoção morresse, o sobrevivente não ficaria com a guarda dos filhos.

Em 2008, o juiz da Vara da Infância e Juventude de Curitiba se posicionou favorável à adoção conjunta, mas colocou duas restrições: as crianças a serem adotadas tinham de ser meninas e ter mais de 10 anos de idade. O casal recorreu e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) derrubou as condições. Mas, em seguida, o Ministério Público recorreu ao STF e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alegação era de que o casal não forma uma entidade familiar nos termos do artigo 226, parágrafo 3.º, da

Constituição Federal e, portanto, não estaria apto a adotar filhos em conjunto. Em 2010, o ministro do STF Marco Aurélio rejeitou o recurso, porque a matéria em discussão era a restrição quanto a idade e sexo das crianças, e não o conceito de entidade familiar.

No STJ, o ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino proferiu uma decisão apenas em 2014. Ele também foi contrário ao recurso. O Ministério Público recorreu, novamente, ao Supremo, que no último dia 18 negou o pedido.

A decisão da Ministra Cármen Lúcia ocorre no mesmo mês em que Toni Reis e David Harrad comemoram 25 anos da união. Neste sábado (21), o casal promove um jantar para comemorar as Bodas de Prata e o julgamento favorável da ministra do Supremo.

21 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Justiça exclui Suzane von Richthofen da herança dos pais

A Justiça de São Paulo determinou que a herança da família Von Richthofen seja entregue a Andreas Albert von Richthofen, irmão de Suzane. A decisão ocorreu no dia 12, mas só foi divulgada na quinta-feira (19). O juiz considerou a sentença final, que excluiu Suzane da partilha dos bens por considerá-la "indigna". Ela foi condenada a 39 anos de prisão pelo assassinato dos pais em 2002. A herança é calculada em mais de R\$ 3 milhões. A advogada de Andreas não quis se manifestar. Em entrevista recente à Rede Record, Suzane afirmou que o crime foi planejado por meses e que arquitetou o assassinato dos pais junto com o ex-namorado Daniel Cravinhos e o irmão dele, Christian.

## Presos liberam refém e rebelião na PCE acaba após quase 15 horas

Após quase quinze horas de negociação, os quatro presos que iniciaram uma rebelião na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, liberaram por volta das 7h45 de sexta-feira (20) o segundo agente penitenciário mantido como refém. De acordo com o secretário de Segurança do estado, Fernando Francischini, os quatro presos amotinados estavam em um setor chamado de seguro (onde ficam detentos jurados de morte) e solicitavam transferência para outra unidade prisional. O pedido não foi aceito pelo secretário. Este foi o primeiro motim no Paraná em 2015.

## Pais são culpados por acidente com bebê em shopping, diz laudo

A Polícia Civil concluiu na quarta-feira (18) o laudo sobre o acidente em que um bebê de nove meses perdeu um braço na escada rolante do Shopping Antártica, em Ponta Grossa (Campos Gerais), em novembro de 2014. O documento indica que os pais da criança são culpados, e exclui a responsabilidade do shopping, pois foi constatado que o equipamento funcionava dentro das normas técnicas e padrões de segurança. Segundo a delegada do 3º Distrito, Ana Paula Carvalho, os pais vão responder por lesão corporal culposa (quando não é intencional), que prevê pena de três meses a um ano. Em casos como esse, no entanto, o juiz pode não aplicar pena se considerar que os pais já sofrem por ver a filha sem o braço.

## NOTA BÚLTICA

### Mal-entendido

A defesa do doleiro Alberto Youssef dispensou uma testemunha que seria ouvida em audiência na Justiça Federal nesta sexta-feira (20) por causa de um "mal-entendido". De acordo com o advogado Adriano Bretas, o bancário Américo Esteves, do Banco Safra, foi intimado erroneamente por ser homônimo de outra pessoa. "Houve um mal-entendido no que tange à testemunha. Se tratava de fato de uma pessoa chamada Américo, que a defesa tentou diligenciar perante o Banco Safra", explicou Bretas. "Agora, olhando no link, o meu cliente não o reconheceu", completou. A audiência foi realizada por videoconferência com São Paulo, onde a testemunha mora.

## WILSON DE ARAÚJO BUENO

### Queiroz, o Publisher

Com o lançamento do livro "O Direito nos Tribunais Superiores, que editou pela sua Bonijuris, o advogado e empresário Luiz Fernando de Queiroz consolidou-se como o principal nome paranaense nessa especialidade editorial (Direito e Justiça). Organizado pelo desembargador Fagundes Cunha, o livro foi publicado em homenagem ao ministro do STJ Sérgio Luiz Kukina, paranaense. Entre os que foram a Foz do Iguaçu, dias atrás, para o lançamento da obra de 700 páginas, estava o ministro do STF Dias Toffoli.

21 MAR 2015

GAZETA DO POVO

# Eleição da FPF está suspensa

A pedido de Atlético, Coritiba e Paraná, Justiça suspende o pleito da Federação que seria neste sábado

Jones Rossi

Especial para a Gazeta do Povo

Depois de uma intensa briga na Justiça comum e desportiva, parecia que sexta-feira (20) tudo se encaminharia para uma disputa normal na eleição à presidência da Federação Paranaense de Futebol (FPF). A Justiça comum havia acatado o pedido da chapa de oposição, de Ricardo Gomyde, para participar da eleição. Já o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) havia derrubado a suspensão sobre o atual presidente licenciado, Hélio Cury, que poderia ser interpretada como fator impeditivo para ele participar da eleição.

Mas eis que no fim do dia, uma ação movida por Atlético, Coritiba e Paraná, aliados de Gomyde, que corria por fora, suspendeu a eleição que aconteceria neste sábado (21). Na verdade, o trio de ferro queria a suspensão de toda a Assembleia, incluindo a apresentação de relatórios e a prestação de contas, que ocorrerão normalmente. Conseguiu somente suspender a eleição, em decisão do juiz Austregésilo Trevisan, da 17ª Vara Cível de Curitiba. No despacho, o juiz justificou

que o pleito não foi convocado "mediante edital publicado em órgão da imprensa de grande circulação, por três vezes".

O advogado Juliano Tetto, um dos vice-presidentes da chapa de Gomyde, garante que o pedido de suspensão não foi feito por medo de uma possível derrota. "Continuamos achando que vamos ganhar", disse. "Só queremos que o processo seja realizado de maneira correta do início ao fim", explica Tetto.

Emerson Fukushima, advogado da chapa de Cury, lamentou a decisão e afirmou ser um desrespeito aos dirigentes dos clubes que vieram do interior para votar. "O Gomyde ingressou com a ação para garantir que a chapa dele pudesse participar e conseguiu a liminar. A Federação estava pronta para as eleições. E de forma incoerente, Atlético, Coritiba e Paraná, que apoiam o Gomyde, suspendem as eleições na véspera, por um suposto vício formal que não causa absolutamente nenhum prejuízo a qualquer um dos filiados e aos candidatos", critica Fukushima.

Não fosse a suspensão, na manhã deste sábado chegaria ao fim a batalha que se desenrola nos bastidores. Clubes que começaram apoiando Cury passaram para o lado de Gomyde e voltaram para os braços do presidente da FPF.

Lances de chantagem e retaliação explícita, como a retirada de cinco jogadores que o Atlético havia emprestado ao Foz do Iguaçu, após o clube se recusar a apoiar Gomyde.

Outro exemplo foi o Conselho Eleitoral totalmente eleito por Cury, que recusou a inscrição de vice-presidentes de Gomyde por entregarem comprovantes de residência emitidos com datas superiores a 60 dias. Ao mesmo Conselho, tentou-se dar uma legitimidade inexistente ao afirmar que seus membros foram indicados pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). O presidente da OAB-PR, Juliano Breda, desmentiu a informação.

Do lado de Gomyde, ficou a sensação de incoerência ao suspender, não diretamente, mas por meio de aliados, uma eleição pela qual lutou tanto para participar. Seu staff disse ter garantido mais de 30 votos, o suficiente para vencer. Então por que não participar da eleição? A resposta fica para os próximos capítulos.

22 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

» ESCÂNDALOS DE LONDRINA

## Cada vez mais perto do Centro Cívico

### Investigação na Receita fica mais perto do governo

Devassa contra corrupção na Receita Estadual em Londrina ultrapassou os limites municipais e se aproxima do centro do poder na capital. Desde janeiro, 25 pessoas envolvidas em fraude foram presas.

Desde janeiro, o Gaeco prendeu 25 pessoas acusadas de favorecer a prostituição, fraudar licitação ou de montar um esquema de corrupção na Receita Estadual

LONDRINA

Marcelo Frazão e Thiago Ramari, do jornal de Londrina

De janeiro até agora, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço policial do Ministério Público Estadual (MP), fez uma devassa contra a corrupção e outros crimes em Londrina. Agora, as investigações começam a ultrapassar os limites municipais e a chegar perto do centro do poder estadual em Curitiba.

Três grandes operações do Gaeco de Londrina foram deflagradas em apenas três meses. A primeira ação mantém quatro pessoas presas sob a acusação de favorecimento à

prostituição, inclusive de adolescentes. Logo depois veio a operação chamada de Publicano, dividida em duas partes, com 17 detenções de suspeitos de participar de um esquema de corrupção na Receita Estadual. A última, intitulada Voldemort, prendeu quatro — inclusive um parente do governador Beto Richa, o empresário Luiz Abi Antoun — por causa de uma licitação supostamente fraudulenta para o conserto de carros oficiais do estado.

As estatísticas, até este momento, mostram o tamanho das operações. Além dos 25 presos, já foram cumpridos 135 mandados (de prisões preventiva e temporárias, de busca e apreensão e de conduções coercitivas) e foram instaurados 16 inquéritos e 15 processos criminais. Como as investigações continuam, esses números podem aumentar.

Segundo o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Basti, os três casos são distintos, mas estão correlacionados. “Normalmente, quando se começa uma operação, imaginamos para que ponto ela vai. Mas, neste caso, começamos com um ponto que se espalhou para outros.”

As operações começaram em 13 de janeiro. Quatro presos, três servidores da Receita Estadual e um da Polícia Civil, são acusados de exploração sexual de crianças e adolescentes e de favorecimento à prostituição. Há ainda dois foragidos. O ex-assessor da governadoria Marcelo “Tchello” Caramori chegou a ser detido, mas foi liberado após se com-

prometer a colaborar com as investigações. Estima-se que ao menos 20 garotas foram vítimas de exploração sexual.

Em 5 de março, o Gaeco deflagrou outra linha de investigação, desta vez envolvendo a Receita Estadual. Foram cumpridos mais de 50 mandados de busca e apreensão em várias cidades do Norte do Paraná. Além dos servidores da Receita presos no caso de favorecimento à prostituição, outros fiscais, auditores e até ex-delegados do órgão são investigados por suposto esquema de enriquecimento ilícito por meio do recebimento de propina. O Gaeco investiga os auditores por terem cobrado dinheiro para dar baixa em dívidas milionárias de empresas com o Fisco estadual. Para isso, eles teriam recebido R\$ 200 mil de cada empresário. Ainda não há uma estimativa de quanto o esquema possa ter desviado dos cofres públicos estaduais.

Na última sexta-feira (20), a investigação teve um novo desdobramento. Foram presas 17 pessoas. Dentre eles, estão fiscais da Receita Estadual, um policial civil, um contador e empresários considerados pelo MP como “testas de ferro”. Dentre os foragidos até o fechamento desta edição está o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Márcio de Albuquerque Lima.

**CONTINUA**

22 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Em outra ação, o Gaeco prendeu na segunda-feira passada (16) Luiz Abi — tido nos bastidores como uma eminência parda do governo. Ele é acusado de chefiar a suposta fraude numa licitação para contratar, por R\$ 1,5 milhão, uma oficina mecânica para fazer a manutenção de carros oficiais do estado na região de Londrina.

Procurados, os advogados de Luiz Abi e Marcelo Caramori não foram localizados pela reportagem para comentar as acusações.

Colaborou Kelli Kadanus.

### O Paraná no abismo

**S**ocialismo, marxismo, capitalismo, nazismo, maoísmo, imperialismo, islamismo, comunismo, moralismo... são tantos "ismos" aos quais qualquer um pode optar, mas o Paraná parece ter adotado outro, o abismo. Alguns aplicam o termo para se referir ao precipício em que caíram as finanças estaduais. Outros preferem correlacionar a palavra ao nome de Luiz Abi, o primo de quem se diz ter atuado com grande desenvoltura nos subterrâneos do governo.

Combustível para essa interpretação não falta. O Gaeco levou Luiz Abi preso por suspeita de que, sob sua orientação, uma licitação para contratar oficinas mecânicas para reparo de viaturas policiais teria sido fraudada. Mas os promotores de Londrina que cuidam do caso começam a enxergar ligações dele com outros presos acusados de operar um enorme esquema de sonegação tributária que teria dado prejuízo, estima-se, de R\$ 500 milhões aos cofres públicos.

Na última sexta-feira (20), mais 17 personagens dessa história foram presos. Dentre eles, servidores da receita, policiais civis e empresários da área de distribuição de combustíveis. Eles se somam a outros investigados metidos em casos de pedofilia, exploração de prostituição e corrupção ativa e passiva na área da Receita Estadual. Não significa que os crimes — sexo ilegal e sonegação — fossem comuns aos dois grupos, mas os promotores estão intrigados com o fato de que vários nomes cruzavam-se nas duas esferas. E o mais impressionante é que alguns dos investigados faziam parte, oficial ou extraoficialmente, da corte palaciana.

O caminho a ser ainda percorrido pelo Gaeco é longo, mas os promotores começam a puxar liames que datam de 2011 — mesmo ano em que se iniciou o primeiro mandato do governador Beto Richa. Foi em 2011 que aportou no Paraná uma certa Refinaria de Manguinhos, na verdade apenas uma distribuidora de combustíveis.

Impedida de manter suas atividades no Rio de Janeiro por ter sonegado a quantia de R\$ 800 milhões em impostos e recusada sua inscrição pelo Fisco paulista, Manguinhos misteriosamente conseguiu se inscrever como contribuinte na Fazenda do Paraná e se instalar em Araucária. Pouco tempo depois, acumulava uma dívida tributária da ordem de R\$ 225 milhões, passando a figurar nos primeiros lugares da lista dos cem maiores devedores de impostos para a Fazenda estadual.

No Rio, segundo consta de investigação procedida pelo MP de lá, o dono da refinaria, Ricardo Magro, contaria com a proteção de ninguém menos do que do deputado fluminense Eduardo Cunha, figura hoje nacionalmente conhecida como presidente da Câmara Federal. A bem da verdade: nada se provou contra Cunha, apesar de indícios detectados pelo MP no inquérito 3056/RJ.

No Paraná, o então secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, não teria podido resistir ao suposto lobby que Luiz Abi teria exercido em favor de Ricardo Magro, o dono de Manguinhos, mas pelo menos conseguiu evitar que fossem nomeados para postos-chave da Receita Estadual nomes indicados por ele — o que talvez tenha custado a Haully sua prematura saída do cargo de secretário.

**CONTINUA**

22 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Na última sexta-feira (20), o governador Beto Richa — coincidentemente ao lado de Eduardo Cunha, presente a um evento promovido pela Assembleia Legislativa sobre reforma política — mudou o tom. Quando Abi foi preso e confinado desde a semana passada numa dependência do Corpo de Bombeiros em Londrina, Richa apenas reconheceu nele um “primo distante” e nada mais falou sobre o caso.

Dada a insistência da imprensa, porém, na sexta-feira, o governador foi um pouco mais assertivo ao falar sobre o constrangedor episódio. Disse ele: “Eu nunca me escondi, minha vida é um livro aberto e todos sabem que eu sou intolerante com algo ilícito, sou intolerante com desvio de conduta, muito menos com corrupção”.

De fato, não há acusações formais contra Richa nem pesam sobre ele suspeitas verossímeis de que tenha protegido o “primo distante” em alguma ocasião ou, menos ainda, de que tenha se beneficiado de eventuais condutas impróprias de Abi.

O apego do governador aos valores éticos da administração pública não chega a significar que ele tenha “jogado às feras” o seu parente, mas também não evidencia vontade de ir mais além do que já está fazendo o Ministério Público por meio do Gaeco. Tanto que o líder do governo na Assembleia, deputado Luiz Cláudio Romanelli — por dever de ofício porta-voz do Palácio Iguazu — tem combatido a proposta da oposição de criar uma CPI para investigar os desvios que teriam causado prejuízo ao Erário de meio bilhão de reais.

E assim ficamos todos nós presos no abismo da ignorância quanto à extensão da verdade.

22 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLITICA

### subindo

O Tribunal de Justiça abriu uma licitação para comprar oito novos elevadores para o Palácio da Justiça, em Curitiba. O valor máximo previsto no edital é de R\$ 4,9 milhões, o que resulta em R\$ 625 mil por unidade, já incluída a manutenção do maquinário pelos primeiros 36 meses. Os envelopes serão abertos no dia 31 deste mês.

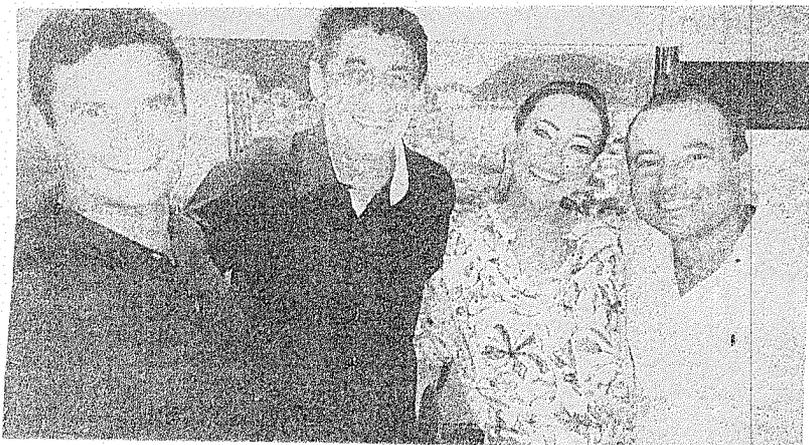
# GAZETA DO POVO BESSA

## Inspiração a jato

22 MAR 2015

O cantor Fagner compôs uma música em homenagem ao juiz Sérgio Moro, com quem ele se encontrou nesta semana, no Rio de Janeiro, onde o juiz da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba recebeu o prêmio Faz Diferença na categoria Personalidade do Ano do jornal O Globo. A homenagem, realizada na última quarta-feira, no Hotel Copacabana Palace, foi pelo trabalho dele à frente da Operação Lava-Jato.

O prêmio, em sua 12ª edição, foi criado para valorizar o trabalho de pessoas ou empresas que se destacam em suas áreas de atuação, indicadas por jornalistas do diário carioca e convidados.



O juiz Sérgio Moro (à esq.) e sua mulher Rosângela Moro com o cantor Fagner e o presidente da Abrabar-PR, Fabio Aguayo, na homenagem que recebeu no Rio de Janeiro.

## NOTA POLITICA

Sobe



### Gaeco

Prendeu suspeitos por denúncia de fraude em licitação do governo do estado. O primo do governador Beto Richa Luiz Abi está entre os detidos.

## NOTA POLITICA Fernanda Richa recorre de novo

A primeira-dama do governo do estado, **Fernanda Richa (foto)**, entrou com mais um recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra uma multa eleitoral que levou em 2010 por fazer campanha antecipada para o marido, Beto Richa (PSDB), em evento oficial da prefeitura de Curitiba. Fernanda foi condenada a uma multa de R\$ 5 mil e já perdeu vários recursos.



# GAZETA DO POVO

ACYR DE GERONE / EVALDO PEDROSO

## Livre iniciativa e liberdade religiosa

22 MAR 2015

**A**inda causa certa polêmica e perplexidade o caso recente da floricultura Arlene's Flowers, no estado norte-americano de Washington. A proprietária da loja foi processada pelo procurador-geral sob a alegação de discriminação, pois ela teria agido de acordo com sua fé cristã, recusando-se a usar suas habilidades criativas para embelezar a cerimônia de casamento de um casal homoafetivo. Mesmo sendo cliente habitual, o casal teria sido surpreendido com a informação de que, por motivos que envolviam a fé e a crença da proprietária, esta teria declinado do serviço, recomendando outras floriculturas.

O caso recebeu atenção da mídia, especialmente pelo fato de uma corte do estado de Washington ter decidido que, embora a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos defenda a liberdade de crença, isso não significa necessariamente que ela proteja e justifique as ações baseadas nestas crenças.

A temática traz à tona diversas questões envolvendo a liberdade de crença, a não discriminação e o elemento mortal da livre iniciativa, cânone da liberdade econômica. E, num diálogo constitucional, pode-se aduzir que a liberdade econômica é uma condição indispensável para todas as outras liberdades e, juntamente com a livre iniciativa, uma consequência da liberdade pessoal. Contudo, esta não está dissociada das outras liberdades como a liberdade de crença, entendendo-se por liberdade a independência da vontade arbitrária de outros, ou seja, liberdade perante a lei.

Não há como negar que o mundo pós-moderno caracteriza-se pela diversidade, mas, ao mesmo tempo em que desenvolvemos novos

direitos e tecnologias, chega a ser contraditório reconhecer que não desenvolvemos a capacidade de conviver de forma tolerante e harmoniosa com as diferenças, em uma afronta à própria ideia de liberdade. São abundantes as situações de conflito envolvendo a liberdade religiosa, como, por exemplo, a recusa pautada na fé de receber cuidados médicos que correspondam ao dever do Estado de tutelar a vida e a saúde pública, os feriados religiosos em face do direito fundamental à igualdade de terceiro etc.

Em que pese a real dificuldade em se resolver casos que envolvam conflitos entre os direitos fundamentais, em nosso sistema predomina a ideia da relatividade desses direitos, de modo que, sempre que possível, deve-se buscar observar os direitos envolvidos sem exaurir completamente um deles.

Muito mais do que recorrer ao Estado para a solução de todos os conflitos da sociedade, dentro de um ambiente de respeito e tolerância, a própria sociedade deve buscar seu papel mediador, cabendo aos atores sociais abrir certas concessões em nome da paz social, sendo que, no caso em comento, restou claro que a proprietária da floricultura indicou outros estabelecimentos comerciais qualificados a prestar o serviço, demonstrando seu zelo e preocupação com os clientes.

Assim, em um mundo plural e multicultural, os costumes e os valores morais somente se desenvolverão plenamente em um ambiente de respeito às liberdades, devendo estas ser consideradas em todas as suas esferas.

Acyr de Gerone e Evaldo Pedrosa são presidente e vice-presidente da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB/PR.

22 MAR 2015

## GAZETA DO POVO

### **TJ-SP aceita denúncia contra 12 empresas do cartel dos trens**

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) aceitou denúncia do Ministério Público (MP) paulista e iniciou ação civil pública contra 11 empresas acusadas de promover cartel para a obtenção de contratos com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) durante governos tucanos. A estatal também tornou-se ré. O MP pede que as empresas sejam dissolvidas porque “não agiam com probidade e boa-fé”. Além disso, requisitou que os contratos da CPTM com as empresas sejam anulados, e que os valores sejam devolvidos ao estado acrescidos de 30% a título de indenização por dano moral coletivo. A soma total é de R\$ 418 milhões. As empresas denunciadas são: CPTM, Siemens, Alstom, Bombardier, CAF (e uma subsidiária), Mitsui, Temoinsa, Tejofran, MPE, T'Trans e MGE.

23 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Empresa ligada a 'primo' preso doou R\$ 100 mil para a campanha de Richa

Doação é referente à disputa eleitoral de 2014. Já em 2008, quando o tucano se reelegeu prefeito de Curitiba, Luiz Abi contribuiu com R\$ 2 mil

*Euclides Lucas Garcia*

Apesar de o governo do estado e o próprio governador Beto Richa (PSDB) insistirem que não têm qualquer relação de proximidade com o empresário preso Luiz Abi Antoun, a prestação de contas da campanha do ano passado mostra que uma empresa de propriedade da família Abi Antoun doou R\$ 100 mil ao tucano. Além disso, quando Richa se reelegeu prefeito de Curitiba, em 2008, o próprio Luiz Abi contribuiu com R\$ 2 mil para a campanha.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Alumpar Alumínios, sediada em Londrina, doou R\$ 100 mil a Richa no pleito de 2014. A empresa, conforme registro na Junta Comercial do Paraná, pertence à GV Alumínios e à KLM Brasil. Esta última, com sede em Cambé, tem como sócios os dois filhos de Luiz Abi: Kouthar e Nemer Abi Antoun.

De acordo com a certidão da KLM, Nemer é representado na sociedade pela mãe, Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun.

Os documentos da Junta Comercial apontam ainda que o próprio Luiz Abi constava como sócio da empresa quando ela foi criada, em setembro de 1990. O empresário, porém, deixou a sociedade em maio de 2012.

As doações do círculo de Luiz Abi às campanhas de Richa também incluem uma contribuição de R\$ 2 mil quando o tucano se reelegeu prefeito da capital no primeiro turno, em 2008. De acordo com o TSE, Abi doou a quantia do próprio bolso, como pessoa física.

Luiz Abi também ajudou Gustavo Richa (PHS), primo do governador, a se eleger vereador em Londrina. Na campanha de 2012, a KLM Brasil e a GV Alumínios — proprietárias da Alumpar — doaram R\$ 5 mil cada uma para Gustavo, que foi o sexto candidato mais votado entre os 19 vereadores eleitos.

### Parente distante

Desde que Luiz Abi foi preso, há uma semana, por suposta fraude em uma licitação do governo para consertar veículos oficiais do estado na região de Londrina, Beto Richa tenta desvincular sua imagem do

empresário. Na última sexta-feira (20), ao falar em público sobre o assunto pela primeira vez, o tucano afirmou que tem apenas "relações sociais" com Abi e que não pode ser punido pelos erros de outras pessoas. O governador ainda ressaltou que o parentesco entre eles é de sétimo grau, o que sequer é reconhecido pelo Código Civil.

Há vários anos, porém, Abi é tratado como primo do governador e uma das pessoas mais influentes no Executivo estadual, sem que a informação fosse contestada. Os dois, inclusive, aparecem juntos em fotos na internet e em colunas sociais em eventos festivos. Em 2013, por exemplo, quando Richa recebia uma delegação norte-americana no seu gabinete no Palácio Iguaçu, Abi aparecia em uma das fotos do encontro divulgadas. Minutos depois, ele foi "removido" digitalmente da imagem.

Ao longo desta semana, durante um depoimento, Abi foi acompanhado do advogado Marcello Alvarenga Panizzi, que é funcionário da liderança do governo na Assembleia Legislativa e já atuou em órgãos do Executivo. Questionado pelos jornalistas, Panizzi disse que conhece o empresário "do governo".

**CONTINUA**

## Governo diz que doação foi legal e nega proximidade

O governo do estado afirmou que as doações feitas para a campanha de Beto Richa (PSDB) ocorreram todas dentro dos padrões legais. As informações, segundo o Executivo, foram apresentadas à Justiça Eleitoral, que aprovou as contas integralmente.

Além disso, segundo a assessoria do tucano, a doação da Alumpar em nenhum momento seria uma comprovação de proximidade entre Luiz Abi Antoun e Beto Richa, já que as contribuições eleitorais são feitas voluntariamente e cabe ao comitê apenas verificar se elas ocorrem dentro da legalidade.

A **Gazeta do Povo** também entrou em contato com todas as empresas citadas na reportagem. Na Alumpar, foram três telefonemas. Em todas as vezes, a reportagem foi informada de que nenhuma das

pessoas responsáveis pela empresa estava presente. O repórter solicitou o contato dos proprietários, mas a resposta também foi negativa.

Na GV Alumínios, uma das sócias da Alumpar, a resposta foi de que a reportagem deveria procurar o grupo VZan, do qual a empresa faz parte. Lá, no entanto, não houve resposta ao pedido de entrevista.

Na KLM, outra sócia da Alumpar e de propriedade da família Abi Antoun, a funcionária que atendeu ao telefone disse que não havia ninguém responsável pela empresa no momento. Quando a reportagem pediu o contato de Kouthar Abi Antoun, que aparece na Junta Comercial como sócio da empresa, o telefone foi desligado.

A **Gazeta do Povo** ainda tentou contato em dois telefones celulares da família de Luiz Abi, mas nenhum deles respondia.

O vereador Gustavo Richa (PHS), de Londrina, não atendeu aos telefonemas da reportagem feitos em seu celular e no gabinete na Câmara. (ELG)

## RECURSOS

### Investigados também repassaram valores à campanha do tucano

Além das contribuições eleitorais recebidas de Luiz Abi e de uma empresa ligada à família dele, a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), no ano passado, foi abastecida com recursos de pessoas investigadas no suposto esquema de corrupção envolvendo auditores da Delegacia da Receita Estadual em Londrina. Três delas foram presas e uma está foragida. No total, o tucano recebeu R\$ 13,2 mil com essas doações.

A maior doação, no valor de R\$ 5 mil, foi feita por Márcio de Albuquerque Lima, companhei-

ro de equipe de Richa no automobilismo – eles correram juntos na prova das 500 milhas de Londrina, em dezembro do ano passado. Lima foi alçado da Delegacia da Receita na cidade do Norte do estado para o cargo de Inspetor Geral de Fiscalização na capital, no segundo semestre de 2014. Foi exonerado três dias antes de o Ministério Público Estadual cumprir um mandado de busca e apreensão no seu escritório.

Ex-delegado da Receita Estadual, Dalton Lázaro Soares contribuiu com R\$ 3 mil para a última campanha de Richa. Já os auditores Rosângela Semprebom e Marco Antônio Bueno doaram, respectivamente, R\$ 2.750 e R\$ 2.450. Os três foram presos na última sexta-feira (20). (ELG)

## CONTINUAÇÃO

Além disso, o juiz Katsujo Nakadomari, responsável pelo caso, autorizou que o empresário fosse transferido da Penitenciária Estadual de Londrina para uma sala reservada no Batalhão do Corpo de Bombeiros da cidade. A alegação foi que “a transferência se deu por esse parentesco [com Richa] e pelo momento político que não é muito apropriado para o governador”.

Colaborou: Rogério Waldrigues Galindo.

## CONTINUA

## CAMPANHA ABASTECIDA

Empresa ligada a Luiz Abi fez uma doação de R\$ 100 mil para a campanha de Beto Richa (PSDB) em 2014. Saiba mais sobre a Alumpar:

campanha governador  
2014

**Alumpar**  
propriedade da:

KLM GV



**BETORICHA PSDB**

## OS ENVOLVIDOS

### Alumpar

Empresa de reciclagem de alumínio com sede em Londrina pertencente a dois sócios: GV Alumínios e KLM.

### GV Alumínios

Pertencente ao grupo VZan

**KLM** grupo de três empresas pertencentes à família de Luiz Abi Antoun. Numa delas, a mãe dos sócios aparece como tutora de um deles.

**Luiz Abi** foi preso na semana passada em Curitiba. O governo nega que haja proximidade entre ele e Richa.



**LUIZABIANTOUN**

## LIGAÇÕES ELEITORAIS

A Alumpar, conforme registro na Junta Comercial do Paraná, pertence à GV Alumínios e à KLM Brasil. A parte da KLM é representada na sociedade por Kouthar Abi Antoun, um dos filhos de Luiz Abi.

Nome Empresarial	Participação no Capital/Espécie de Sócio	Administração/Término do Mandato	Representação
<b>ALUMPAR ALUMÍNIOS LTDA</b> Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
<b>KLM BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA LTDA ME</b>	2.000.000,00 SÓCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
<b>GV ALUMÍNIOS LTDA</b>	2.000.000,00 SÓCIO		XXXXXXXXXX
<b>JOSE CARLOS VASCONCELOS</b>	0,00 REPRESENTANTE	Administrador	XXXXXXXXXX
<b>KOUTHAR ABI ANTOUN</b>	0,00 REPRESENTANTE		XXXXXXXXXX

Sediada em Cambé, a KLM Brasil tem como sócios os dois filhos de Luiz Abi: Kouthar e Nemer Abi Antoun. De acordo com a certidão da empresa na Junta Comercial, Nemer é representado na sociedade pela mãe, Eloiza Fernandes Abi Antoun.

Nome Empresarial	Participação no Capital/Espécie de Sócio	Administração/Término do Mandato	Representação
<b>KLM BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA LTDA ME</b> Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
<b>KOUTHAR ABI ANTOUN</b>	250.000,00 SÓCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
<b>NEMER ABI ANTOUN</b>	250.000,00 SÓCIO		XXXXXXXXXX
<b>ELOIZA FERNANDES PRINHEIRO ABI ANTOUN</b>	0,00 MAE/REPRESENTA		XXXXXXXXXX

Os documentos da Junta Comercial apontam ainda que o próprio Luiz Abi constava como sócio da KLM Brasil quando ela foi criada, em setembro de 1990. O empresário, porém, deixou a sociedade em maio de 2012.

Documento	Data de Entrada na Sociedade	Data de Saída na Sociedade
CERTIDÃO ESPECÍFICA Certificamos que <b>LUIZ ABI ANTOUN</b> CPF: 220.850.150-02 (filho adotivo) de sociedade registrada nesta Junta Comercial, como segue: nome empresarial: <b>KLM BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA LTDA ME</b>	20/09/1990	29/05/2012

## MAIS CONTRIBUIÇÕES

As doações do círculo de Luiz Abi às campanhas de Richa também incluem a eleição do tucano para prefeito em 2008 e recursos para um primo do governador que é vereador em Londrina.

campanha vereador Londrina



2012

RS Smil



**GUSTAVO RICHAPHS**



RS Smil

campanha prefeito Curitiba



**LUIZABIANTOUN**

2008

RS 2 mil



**BETORICHA PSDB**

23 MAR 2015

## GAZETA DO POVO

# STF retoma votação para pagamento de precatórios

Exatamente um ano depois da última rodada de discussões, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na semana passada a votação do processo que vai definir os critérios que estados e municípios terão de usar para pagar seu estoque de precatórios — dívidas do poder público reconhecidas pela Justiça. Durante a sessão, dois novos votos foram colhidos e a expectativa é que na semana que vem a Corte chegue a uma palavra final sobre o tema. Na quinta-feira votaram os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes. De acordo com eles, as regras de uma emenda constitucional de 2009, derrubada pelo STF em 2013, deveriam valer por mais cinco anos, até 2020. Ela permitia o parcelamento dos valores devidos, bem como a realização de leilões inversos, quando quem aceita receber menos tem preferência para o pagamento.

A emenda também fixou um percentual mínimo de pagamento, que varia de 1% a 2% da receita corrente líquida dos estados e municípios e a correção dos valores com base no índice da caderneta de poupança. Segundo Toffoli, estes mecanismos permitiriam a quitação da maior parte das dívidas.

No caso dos estados e municípios que não conseguirem, o ministro ponderou que uma linha de crédito poderia ser negociada junto ao governo federal. “A grande maioria dos estados e municípios estarão resolvidos e somente dois ou três casos terão de ver soluções específicas [para quitar os precatórios]”, disse. Os votos de Toffoli e Mendes diferem dos anteriormente proferidos. Os ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso defendem o pagamento de todo o estoque de precatórios, que segundo dados de 2013 está na casa dos R\$ 94 bilhões, até 2018.

23 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Promessa de esvaziamento de carceragens não ocorreu

Rodrigo Batista

Em fevereiro de 2014, a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), então responsável pela administração das penitenciárias do Paraná, anunciou, em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), o esvaziamento de carceragens de delegacias lotadas de Curitiba e região e, em consequência, a desativação da área de detenção de oito distritos. Hoje, no entanto, mais de um ano após o anúncio, a ideia não se concretizou. A situação melhorou, mas ainda há superlotação no 11.º Distrito e a presença de detentos em outras quatro delegacias, sendo uma delas especializada.

Em Curitiba, de todas as 13 delegacias de área, seis possuem espaços para presos. Nestes locais, um levantamento da reportagem feito entre os últimos dias 13 e 16 constatou que há presos no 1.º DP (18), 8.º DP (4) e 11.º DP (110). Das delegacias especializadas, há também detentos na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV), que estava com 35 pessoas durante o levantamento.

O caso mais grave é do 11.º DP, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Durante o ano de 2014, por diversas vezes, o governo chegou a anunciar que a carceragem da delegacia serviria como um Centro de Triagem provisório até que todos os demais distritos de Curitiba e da Região Metropolitana fossem esvaziados. Porém, mesmo após os anúncios, o

distrito continua superlotado: 110 presos para uma capacidade de 38. Além disso, em toda a RMC e Litoral ainda há 889 presos nas carceragens, segundo o site da Transparência Carcerária, do governo do estado.

### Situação

Policiais civis ouvidos pela reportagem disseram que a situação, desde o primeiro anúncio da Sesp e da Seju, melhorou um pouco nos distritos e que a rotatividade aumentou — ou seja, os presos não ficam tanto tempo nas celas dos distritos. Mesmo assim, os pedidos dos agentes para que os detentos sejam retirados das delegacias e encaminhados às unidades penitenciárias ainda são bastante frequentes.

Segundo o presidente do Sindicato das Classes Policiais Civis do Paraná (Sinclapol), André Gutierrez, a entidade cobra ações da Sesp — que desde janeiro deste ano passou a ser responsável também pela administração das penitenciárias do Paraná —, para que se resolva a questão, em especial no 11.º DP. “Não tem condições estruturais de abrigar tantos presos. Aquilo é uma masmorra. A Lei de Execução Penal está sendo desrespeitada”, afirma.

Gutierrez reclama ainda do desvio de função da categoria. “O que queremos é que os policiais não precisem ter que cuidar dos presos, a não ser daqueles da situação, do momento da prisão. Mas o investigador está fazendo serviço de agente penitenciário”, diz. O presidente do sindicato afirma

que as dificuldades já foram maiores, em especial na RMC, mas que alguns distritos voltaram a ter presos.

Em nota, a Sesp reconheceu que há detentos nessas delegacias, mas diz que isso é resultado do “árduo” es-

forço das polícias Civil e Militar para prender criminosos. “Para desafogar estas carceragens, estão sendo transferidos em média 120 presos por semana para o sistema prisional e este número pode chegar a 150.”

**CONTINUA**

23 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Faltam vagas CONTINUAÇÃO nos presídios do estado

Segundo o site de Transparência Carcerária do governo estadual, das 12 unidades prisionais de Curitiba e região metropolitana, faltam vagas em sete delas, o que totaliza um déficit de 567 vagas. O pior cenário está na Casa de Custódia de Curitiba, que tem capacidade para 432 detentos, mas estava com 594 na semana passada.

Outras unidades do estado também passam pelo mesmo problema. A Cadeia Pública Hildebrando de Souza, em Ponta Grossa, está com superlotação de 475 presos. Na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) faltam 132 vagas e na Casa de Custódia de Londrina (CCL), 163.

### Novas unidades

Ainda em janeiro, uma reportagem da **Gazeta do Povo** mostrou que as obras de construção e ampliação de 20 unidades penitenciárias do estado estão atrasadas — mesmo com contratos firmados desde dezembro de 2013 e 75% do dinheiro liberado. À época, a Sesp explicou que o principal motivo para o atraso foram as adequações de projeto, que acabaram alterando o cronograma.

Desta vez, a Sesp disse, por nota, que está fazendo, junto com o Depen Nacional, um mutirão para corrigir problemas de projeto para que as obras possam ser iniciadas o mais rapidamente possível. (RB)

23 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Prefeito de Chopinzinho é preso por suposto envolvimento em homicídio

O prefeito de Chopinzinho, no Sudoeste do estado, foi preso na manhã desse domingo. Leomar Bolzani (PSDB) é suspeito de participação no assassinato do procurador do município Algacir Teixeira de Lima, de 51 anos. Ele foi morto na última segunda-feira (16) — curiosamente, Bolzani chegou a declarar luto oficial de três dias pelo crime.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) não soube informar o suposto papel do prefeito no homicídio. De acordo com a assessoria do órgão, os delegados responsáveis pela investigação estão colhendo depoimentos e só devem se pronunciar ao longo desta semana. Outras cinco pessoas foram presas desde sexta-feira — incluindo os dois homens que executaram Lima também estão entre os presos. Bolzani está preso na cidade de Pato Branco.

Segundo informações da Polícia Civil, Lima foi morto a mando de uma colega de trabalho, cujo nome não foi revelado, presa na quarta-feira passada (18). Os dois teriam uma “rixa” no trabalho.

23 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Processos por erro médico crescem

140% no STJ

¶ Em quatro anos, o número de processos movidos por erro médico que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) cresceu 140%. Em 2010, foram 260 ações encaminhadas à corte sobre o tema. No ano passado, 626 processos. São casos já julgados nos tribunais estaduais que passam para a esfera superior quando uma das partes entra com recurso. No mesmo período, 18 médicos tiveram seus registros cassados e outros 625 receberam outros tipos de punições do Conselho Federal de Medicina por agir com imprudência, imperícia ou negligência, práticas que caracterizam o erro médico. Para especialistas em direito à saúde, o aumento de casos de erros médicos está relacionado com a baixa preocupação de alguns profissionais com a qualidade do serviço prestado. "O número de clientes de planos de saúde vem aumentando, mas a qualidade, não. É óbvio que, dessa forma, os erros começam a se tornar mais frequentes", diz a advogada Renata Vilhena.

## BESSA

### Pós-mensalão

O Lide Paraná vai trazer a Curitiba, em junho, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Ele dará uma palestra no Castelo do Batel com o tema "O poder e a ética no Brasil atual", das 19 às 22 horas.

21 MAR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Audiência de custódia revoga 40% das prisões

Em 365 flagrantes levados a magistrados em 24 horas, 222 foram mantidos

Marcelo Godoy  
Marco Antônio Carvalho

Quase 40% das prisões em flagrante feitas pela polícia foram revogadas pela Justiça depois de serem analisadas por juízes responsáveis pelas audiências de custódia. Instituídas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) em 24 de fevereiro, as audiências tornaram obrigatória a apresentação aos magistrados em um prazo de 24 horas dos suspeitos detidos pela polícia em parte da zona sul e no centro de São Paulo.

Das 365 prisões analisadas nas audiências até o dia 18 de março, 222 foram mantidas (60,2% do total) pelos juízes. Nos demais casos, os magistrados decidiram que os presos tinham direito de aguardar o julgamento em liberdade. Eles decidiram relaxar a prisão, conceder a liberdade provisória ou encaminhar o acusado para a assistência social. “Havia prisões que não precisavam ser preservadas. O resultado reafirma a necessidade de a autoridade judiciária apreciar se a prisão precisa ser mantida”, afirmou o presidente do TJ-SP, o desembargador José Renato Nalini.

No próximo dia 24, a Justiça vai ampliar o programa. Também passarão a ser submetidas às audiências todas as prisões

em flagrante ocorridas nas zonas norte e oeste de São Paulo. Para Nalini, a realidade encontrada até agora deve reproduzir-se em outras regiões do Estado. Até o fim do ano, a medida deve ser ampliada para toda a capital. Ao mesmo tempo que a Secretaria da Segurança Pública espera pôr à disposição da Justiça 20 mil tornozeleiras eletrônicas para monitorar quem é posto em liberdade.

Na semana passada, o colégio dos presidentes de Tribunais de Justiça do País decidiu apoiar a adoção das audiências. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também resolveu apoiar a iniciativa do TJ-SP. Em nota, João Ricardo Costa, presidente da entidade, afirmou que “as audiências de custódia são um instrumento efetivo de combate à tortura e uma forma de garantir o controle do ingresso de presos no sistema prisional brasileiro”. As audiências, portanto, devem evitar a superlotação desnecessária dos presídios.

**Brasil.** O exemplo de São Paulo motivou outros 15 Estados a procurar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para estudar a implementação de projetos similares. O balanço paulista foi avaliado positivamente pelo juiz assessor da presidência do CNJ Luís Geraldo Lanfredi, que classificou a iniciativa como uma “mudança de paradigma”

**Liberdade**

**137**

detidos receberam dos magistrados a liberdade provisória.

**5**

acusados tiveram o flagrante relaxado pela Justiça em razão de imperfeições jurídicas.

**30**

detidos foram encaminhados para a Assistência Social.

**Recorde**

O recorde de audiências de custódia aconteceu em 10 de março, quando 39 casos foram analisados pelos seis juízes do setor – 21 presos foram soltos.

e “salto civilizacional”. “Estamos rompendo com uma cultura. A pretensão maior é estabelecer um controle efetivo da porta de entrada do sistema prisional. Isso não quer dizer impunidade, mas melhor conferência da necessidade de prisão”, disse o magistrado.

Tribunais em Tocantins, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Piauí, Paraíba e Pernambuco tiveram visita do CNJ para tratar das audiências ou estão com visitas agendadas. Maranhão, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e o Distrito Federal sinalizaram interesse de adoção do programa, mas ainda estão definindo oportunidade para visita, segundo informações do conselho.

**Avaliação prematura.** Voz dissonante em meio aos elogios ao projeto, o Ministério Público de São Paulo afirmou que é prematura a avaliação dos resultados. “Mas a instituição tem por vocação o trabalho permanente para o aperfeiçoamento do sistema de Justiça e não é refratária a inovações”, disse por nota o procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa. A Associação Paulista do Ministério Público (APMP) chegou a ingressar com ação para suspender as audiências, mas teve mandado de segurança negado pelo Tribunal de Justiça.

21 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça recebe ação contra cartel de trens

Recurso do Ministério Público de São Paulo pede dissolução de dez empresas suspeitas de montar um esquema de fraudes do setor

Fausto Macedo  
Julia Affonso

A Justiça recebeu o aditamento do Ministério Público Estadual na ação em que a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social pede a dissolução de dez empresas supostamente envolvidas com o cartel de trens de São Paulo.

O esquema operou no Estado entre 1998 e 2008, nos governos Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB de São Paulo.

O juiz Marcos Pimentel Tamassia, da 4.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública da capital, mandou notificar a Fazenda do Estado para ingressar como parte interessada na ação. Tamassia vai mandar citar as empresas para que se manifestem na ação civil do Ministério Público. A Promotoria pede ressarcimento de R\$ 418,3 milhões aos cofres públicos – valor do suposto prejuízo causado pelas empresas em três contratos de manutenção de trens com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), entre 2001 e 2002.

A ação foi proposta em novembro de 2014, mas o juiz Marcos Tamassia, em dezembro, deu prazo de dez dias para que o Ministério Público Estadual apresentasse “fatos e fundamentos jurídicos” que embasassem o pedido de dissolução das empresas. Agora, o aditamento do Ministério Público à petição inicial foi acolhido pelo juiz, em decisão do dia 3 de março.

Na ação, o Ministério Público pede que as empresas sejam dissolvidas porque haveria “vício em suas constituições, ausente objeto lícito e porque não agiam com probidade e boa-fé na consecução dos contratos”.

## Justificativo

“Tendo em vista a demonstração cabal de que as empresas demandadas atuaram em cartel, causando dano material ao Estado e moral à sociedade, seus respectivos atos constitutivos registrados devem ser anulados”

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SP EM NOTA

A Promotoria sustenta ter havido “prejuízo social e dano moral causado a milhares de pessoas, sobretudo aos menos favorecidos, aqueles que dependem do transporte por trens”.

Os promotores pedem a dissolução da Siemens, Alstom Brasil, CAF Brasil Indústria e Comércio, Trans Sistemas de Transporte, Bombardier Transportation, MGE Manutenção de Motores e Geradores Elétricos, Mitsui & CO Brasil, Temoina do Brasil, Tejofran de Saneamento e Serviços e MPE Projetos Especiais. “Se é pressuposto para a constituição de qualquer sociedade empresária a existência de objeto não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes, e tendo em vista a demonstração cabal de que as empresas demandadas atuaram em cartel, causando dano material ao Estado e moral à sociedade, seus respectivos atos constitutivos registrados devem ser anulados”, pede a Promotoria.

Todas as empresas citadas pela Promotoria negam cartel no setor metroferroviário. Por meio de suas assessorias de comunicação ou por seus advogados as multinacionais e as empresas brasileiras que sofrem a ação de dissolução afirmam que os contratos seguiram rigorosamente a legislação relativa a licitações. A CPTM não se manifestou.

21 MAR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça Federal suspende restrição no Cantareira

Medida concedida em fevereiro limitava a retirada de água pela Sabesp para que o sistema pudesse alcançar 10% do volume útil até 30 de abril

*Fabio Leite*

Pela segunda vez em cinco meses, a Justiça Federal suspendeu a liminar que restringia a retirada de água do Sistema Cantareira. A decisão do juiz Wilson Zauhy Filho, da 13.<sup>a</sup> Vara Federal Cível em São Paulo, vale até o próximo dia 26, quando ocorrerá uma audiência de tentativa de conciliação sobre a operação do manancial em crise entre os Ministérios Públicos Estadual (MPE) e Federal (MPF), autores da ação, os órgãos gestores dos reservatórios e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

A liminar havia sido concedida pela juíza federal substituta Renata Coelho Padilha, no dia 9 de fevereiro, e divulgada apenas no dia 5 de março pelo MPE. A decisão obrigava a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) a revisar semanalmente os níveis de retirada de água do Cantareira pela Sabesp para que o sistema alcance 10% do seu volume útil em 30 de abril, quando começa o período de estiagem. O índice é o mesmo registrado em abril de 2014.

**Nível.** Ontem, o nível do manancial divulgado pela Sabesp foi de 16%, incluindo as duas cotas do volume morto. Na prática, contudo, ele está cerca de 13% abaixo de zero por causa do uso de mais de 120 bilhões de litros da reserva profunda das represas. Desta forma, o nível do sistema precisaria subir 23 pontos percentuais em pouco mais de um mês para cumprir o que previa a liminar. Segundo a

Sabesp, esse índice seria impossível de ser alcançado. Agora, essa exigência, mais uma vez, está suspensa.

**Histórico.** A primeira liminar restringindo a retirada de água do Cantareira foi concedida pelo juiz Miguel Florestano Neto, da 3.<sup>a</sup> Vara Federal em Piracicaba, no dia 9 de outubro de 2014, e cassada uma semana depois pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região (TRF-3), Fábio Prieto.

O objetivo era assegurar que não haja prejuízo na captação de água pela Sabesp para os rios da Bacia PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá), onde ficam os reservatórios do manancial que abastecem, hoje, 5,6 milhões de pessoas na Grande São Paulo. No interior, 5,5 milhões de pessoas dependem do sistema.

22 MAR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

**Saúde.** Entre 2010 e 2014, recursos saltaram de 260 para 626, mostra levantamento obtido com exclusividade pelo 'Estado'; no mesmo período, 18 profissionais tiveram registros cassados por conselho por agir com imprudência, imperícia ou negligência

# Em 4 anos, número de processos por erro médico cresce 140% no STJ

*Fabiana Cambricoli*

Fernanda passou a ter dores crônicas após receber uma injeção de medicamento que deveria ter servido para aliviar seu desconforto. Elisia perdeu 20 quilos ao passar por cinco meses de uma quimioterapia desnecessária. João viu a mulher de 36 anos morrer após uma cirurgia para a retirada de um mioma. Os quadros clínicos são diferentes, mas dividem um drama: o erro médico, problema cada vez mais denunciado em conselhos de medicina e também na Justiça.

Em quatro anos, o número de processos movidos por erro médico que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) cresceu 140%. Dados obtidos com exclusividade pelo Estado mostram que, em 2010, foram 260 ações encaminhadas à corte sobre o tema. No ano passado, foram 626 processos. São casos já julgados nos tribunais estaduais que passam para a esfera superior quando uma das partes entra com recurso.

No mesmo período, 18 médicos tiveram seus registros cassados e outros 625 receberam outros tipos de punições do Conselho Federal de Medicina

Em alto  
2.589

é o total de processos por erro médico que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) entre 2010 e 2014. Na maioria dos casos, os médicos ou serviços de saúde são acionados no âmbito civil por danos materiais, morais ou estéticos. Eles podem responder ainda nas esferas criminal e administrativa.

(CFM) por agir com imprudência, imperícia ou negligência, práticas que caracterizam o erro médico.

Para especialistas em direito à saúde, o aumento de casos de erros médicos reportados à Justiça está relacionado com a baixa preocupação de alguns profissionais e unidades de saúde com a qualidade do serviço prestado. "O número de clientes de planos de saúde vem aumentando, mas a qualidade, não. Há médicos que têm de atender com cronômetro, fazer várias cirurgias no mesmo dia. É óbvio que, dessa forma, os erros começam a se tornar mais frequentes", diz a advogada Renata Vilhena.

Problemas estruturais dos hospitais, falta de mão de obra, baixa remuneração e longas jornadas de trabalho são apontados pelo advogado Julius Conforti também como causas de falhas no atendimento médico. "Outro fator importante que explica esse aumento do número de ações judiciais é a quantidade alucinante de cirurgias plásticas realizadas no Brasil", diz.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

22 MAR 2015

Corregedor do CFM, José Fernando Vinagre admite que há problemas na qualidade do serviço prestado e nas condições de trabalho oferecidas aos médicos, mas destaca também o peso da má formação nos casos de erro. “As faculdades têm sido abertas sem critérios técnicos, sem a certeza de que vão oferecer aos alunos um ensino adequado”, diz ele.

**Sofrimento.** Pouco depois de se formar em Medicina, Fernanda Ferrairo, de 27 anos, foi vítima de um erro dos colegas. Em 2010, ela fraturou o cóccix ao cair da escada em casa. Passou por cinco cirurgias, mas as dores não cessaram.

Em 2012, seu médico, que integra o corpo clínico de um dos principais hospitais particulares de São Paulo, sugeriu testar uma técnica de implantação de um cateter na região da coluna para a aplicação de medicação para aliviar a dor.

“O problema é que a dor só aumentou depois do procedimento. Comecei a estudar por conta própria. Cheguei à conclusão de que tinha desenvolvido uma aracnoidite adesiva, doença geralmente causada por um erro médico. Na maioria dos casos, ela ocorre quando a membrana que protege a coluna é perfurada ou recebe corticoide exatamente durante a aplicação de medicamento que eu tinha recebido”, diz.

O diagnóstico foi confirmado posteriormente por exames, mas os médicos de Fernanda deixaram de atender seus telefonemas. “Gastei muito dinheiro em um dos maiores especialistas do Brasil. Cansei de ver atores globais no consultório dele. Tudo isso para destruir minha carreira e minha vida. Deixei de trabalhar, de praticar atividades físicas por causa das dores”, diz ela, que reúne informações e provas para entrar na Justiça contra os profissionais.

CONTINUA

22 MAR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### Ginecologia lidera ranking de punições de conselho federal

Entre 2010 e 2014, 160 profissionais foram autuados por erro; em seguida, vêm clínica médica e cirurgia plástica

A ginecologia e obstetrícia é a especialidade com o maior número de punições por erros médicos, de acordo com dados do Conselho Federal de Medicina (CFM) obtidos pelo Estado. Entre 2010 e 2014, o órgão referendou punição a 160 profissionais da especialidade.

O número de médicos punidos no País, no entanto, é ainda maior se considerados os dados dos conselhos regionais. Os julgamentos são sempre feitos pelos órgãos locais, mas, naqueles em que uma das partes entra com recurso, a penalidade precisa ser referendada pelo CFM. O mesmo procedimento é obrigatório nos casos em que a pena aplicada é a cassação.

No ranking das especialidades com mais punições por erros médicos aparecem, em seguida, a clínica médica, com 91 penalidades no período analisado, cirurgia plástica, com 63 profissionais punidos, pediatria (60) e cirurgia geral (41).

Para o corregedor do CFM, José Fernando Vinagre, o alto número de problemas na especialidade de ginecologia e obstetrícia se deve sobretudo a proble-

mas em partos. "São erros que provocaram algum dano ao bebê ou à mãe", afirma.

No julgamento dos conselhos de medicina, cinco penas são possíveis. A cassação é a mais extrema. Já se o dano provocado pelo médico não for considerado tão grave, ele pode receber desde uma advertência confidencial até a suspensão temporária de seu registro.

O processo de investigação pode demorar até cinco anos somente no âmbito das esferas regionais. "A cassação é a pena capital para o médico, porque ele nunca mais vai poder exercer a profissão, mesmo que refaça a faculdade, por isso é preciso garantir o direito de defesa ao profissional e verificar se houve, de fato, erro", explica o corregedor do CFM.

**Arquivamento.** De acordo com o órgão, muitas denúncias que chegam aos conselhos regionais acabam sendo arquivadas após sindicância por falta de evidências da ocorrência de falha. O conselho ressalta que, em alguns casos, os pacientes ou familiares classificam como erro médico um evento adverso, situação em que o médico empregou todos os recursos disponíveis sem obter o resultado esperado.

O CFM afirma que, em alguns casos denunciados ou divulgados pela imprensa, a falha nem sempre é do médico, mas de outros profissionais de saúde ou da rede assistencial. "Como exemplo, citamos casos recentes de enfermeiros que aplicaram superdosagem de medicamento em paciente e até mesmo situações de agentes de segurança de centros de saúde que impediram pacientes de ser atendidos, resultando em óbitos", disse o CFM, em nota. /F.C.

#### ● Limites

"Se ao final de um processo ficar provado que o médico usou boa técnica e não teve êxito, isso não quer dizer que ele errou, mas que a medicina foi insuficiente."

José Vinagre

CORREGEDOR DO CFM

CONTINUA

# 'Diziam que não tinha perigo. Ela nunca voltou'

Durante cirurgia para tirar mioma, em 2004, Welzita teve o intestino perfurado acidentalmente pelo médico cirurgião

A expectativa para a cirurgia era a melhor possível. A cabeleireira Welzita de Jesus Correia Silva, então com 36 anos, tinha um mioma no útero que seria retirado por meio de uma operação simples, segundo os médicos. "Eles diziam que era algo muito comum entre as mulheres, não tinha perigo, que ela ia operar em um dia e no outro já estava em casa", contou o marido, o vigilante João Santana Martins da Silva, de 51 anos. "Infelizmente, ela nunca voltou. Ficou um ano e seis meses em coma e morreu no hospital."

Durante a cirurgia de remoção do mioma, em 2004, Welzita teve o intestino perfurado acidentalmente pelo médico cirurgião. O problema não foi percebido na hora pela equipe. "Eles costuraram a barriga dela sem tapar o furo feito. Dias depois, ela passou a ficar inchada, começou a infeccionar toda a parte interna do abdome", afirmou Silva. O erro foi apontado em exames e admitido pela equipe, mas o processo infeccioso nunca pôde ser revertido.

"Perdi o emprego, fiquei desorientado. De repente me vi sozinho com três filhos pequenos para criar", contou ele. De família humilde, o vigilante não tinha condições financeiras para entrar com uma ação contra os médicos, mas acabou sendo ajudado por uma advogada para a qual Welzita havia trabalhado.

"Entramos na Justiça para pedir indenização e uma pensão para os meninos, mas mais do que a indenização queria que os médicos pagassem pelo que fi-

zeram, para que nunca fizessem isso com mais ninguém", disse.

Silva ganhou a causa, mas, até agora, não recebeu a indenização. O processo está na fase de execução dos valores. Ele conseguiu, por meio de uma liminar deferida pela Justiça, fazer com que o hospital pagasse auxílio aos filhos dele, hoje com 25, 23 e 19 anos.

Para o vigilante, o excesso de trabalho dos médicos foi o responsável pelo erro que causou a morte da sua mulher. "Esses médicos viviam correndo de um emprego para o outro. Fizemos a cirurgia dela e já tinham outra agendada em outro hospital. Nessa correria é que acontecem os erros."

**Tratamento errado.** No caso da dona de casa Elisia Duatim, de 73 anos, o erro médico só não a levou à morte porque a pacien-

## o revolta e teimosia

"O que me revolta é que é bem capaz que a maioria dos erros médicos fique escondida, seja colocada para debaixo do tapete. Eu consegui provar o que aconteceu com a minha mulher, mas quantos não são vítimas de erros que ficam impunes?"

**João Santana Silva**  
VIGILANTE

"Tomei sem necessidade uma bomba de remédios quimioterápicos por cinco meses. Perdi 20 quilos e todo o cabelo. Estava um cadáver ambulante. Minha teimosia me salvou."

**Elisia Duatim**  
DONA DE CASA

te contrariou os profissionais que a tratavam e viajou para outro Estado para ter a opinião de mais especialistas. Diagnosticada com um câncer de fígado em 2009, ela recebeu dos médicos em Curitiba a informação de que teria de passar por uma quimioterapia indicada para pacientes que já apresentavam metástase.

"Mas o exame não tinha dado isso. O tumor estava só no fígado, não tinha se espalhado, mas eles que são os médicos, então confiei", contou ela.

Depois de cinco meses do tratamento, os exames mostravam que o câncer só crescia. "Disseram para a minha família que não tinha mais jeito, que eu só tinha um mês de vida."

Inconformada, Elisia decidiu viajar para São Paulo e procurar um especialista no assunto. "Eles fizeram novos exames e viram que realmente não havia metástase e meu tumor tinha de ser retirado por meio de uma cirurgia, e não com quimioterapia", afirmou. A operação foi feita no mesmo ano e a dona de casa se curou da doença.

Para arcar com os mais de R\$ 120 mil que pagou pelo tratamento com os médicos de São Paulo, ela teve de vender um imóvel. "Meu convênio não cobriu esse segundo tratamento e eu tive de me virar para pagar. Se eu tivesse continuado em Curitiba com aqueles médicos, nem estaria mais viva", disse a dona de casa.

Elisia entrou com processo pedindo indenização e o ressarcimento pelas despesas médicas. Também teve o pedido atendido pela Justiça, mas aguarda a execução da sentença para receber o valor. "Foi um descaso. Acho que boa parte dos médicos sai da faculdade sem o conhecimento necessário", afirmou. /F.C.

CONTINUA

## Mercado de seguros específicos para médicos está em alta

Em uma das operadoras, o número de benefícios vendidos para profissionais de saúde avançou 40% em 2 anos

O número crescente de processos judiciais contra médicos acusados de erros no atendimento tem aquecido o mercado de seguros de responsabilidade civil profissional também no setor de saúde.

Comum nos Estados Unidos, o serviço já é oferecido por dezenas de seguradoras brasileiras. No caso dos médicos, garante a cobertura financeira se houver condenações judiciais em virtude de danos materiais provocados por um procedimento feito pelo profissional.

Na seguradora Mapfre, por exemplo, o número de seguros vendidos para profissionais de saúde cresceu 40% entre 2012 e 2014. Há três anos, foram registrados 9.281 serviços do tipo, incluindo apólices vendidas para médicos, veterinários, fisioterapeutas, farmacêuticos e enfermeiros. No ano passado, esse número passou para 13.052.

No caso da Mapfre, a apólice cobre o valor da condenação ou do acordo extrajudicial feito entre o profissional e a vítima até o limite da garantia contratada, que pode chegar a R\$ 600 mil.

### ● Responsabilidade

“Além do médico, outros envolvidos na relação com o paciente também poderão ser responsabilizados pelos danos, como os hospitais e as operadoras de saúde”

**Julius Conforti**

ADVOGADO

De olho no mercado promissor, a Seguros Unimed passou a vender o seguro de responsabilidade civil profissional no ano passado. “Já somos a quinta empresa de um ranking de 22 companhias que atuam no ramo de responsabilidade civil profissional. Comparando a nossa performance com a de outras dez seguradoras que trabalham especificamente com a área médica, já ocupamos o segundo lugar”, comemorou Marcelo Romano, superintendente de seguros patrimoniais da Seguros Unimed.

A empresa não quis informar o número de apólices vendidas em seu primeiro ano de atuação na área. Outras grandes seguradoras, como Porto Seguro e Ace, também estão nesse mercado específico.

**Polêmica.** Embora em crescimento, o serviço não tem o apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM). “A relação médico-paciente tem de ser construída com base na confiança. Contratar um seguro contra erros vai fazer o médico ficar sempre na defensiva”, disse José Fernando Vinagre, corregedor do órgão.

O advogado Julius Conforti, especializado em direito da saúde, ressalta que os pacientes devem ter evidências do erro antes de entrar com qualquer ação. “Sempre recomendo que as pessoas que imaginam ter sido vítimas de um erro reúnam todas as provas possíveis, como prontuário médico, exames, receitas. É importante que todos os documentos sejam previamente avaliados por outro médico, a fim de que se tenha certeza de que aquele resultado insatisfatório ou indesejado realmente decorreu de uma falha profissional”, explicou. /F.C.

22 MAR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS AYRES BRITTO

## Reinventate ou te devoro

Desafio da presidente é  
elevantar-se de inquilina do  
Planalto a protagonista  
central da História

O enigma da esfinge (*decifra-me ou te devoro*) chegou repaginado para dona Dilma. O desafio agora é: reinventa-te ou te devoro. Quem o faz já não é a conhecida figura mitológica, mas um número cada vez maior de cidadãos brasileiros. Cidadãos mais e mais informados, críticos, exigentes e que aprenderam a correlacionar seus direitos com os deveres das autoridades públicas. A traduzir que o País avançou em consciência de cidadania para muito além da percepção dos seus governantes centrais e até mesmo de suas instituições políticas. Estas, retratadas nas agremiações partidárias e no Congresso Nacional; aqueles, nos agentes políticos e em especial na pessoa da presidente da República.

É o descompasso dos dias atuais. Os cidadãos não abrem mão de encarnar a sociedade civil, no que estão certos. Já na Praça dos Três Poderes, nem a classe política está a encarnar os meritórios fins de suas instituições nem as instituições estão a encarnar a representação da sociedade civil. O resultado é que a cidadania, cada vez mais consciente de si e de tudo o que se passa no seu entorno, já percebeu o logro. O logro de que instituições e agentes políticos se caracterizam por apenas representar que representam a sociedade civil. Não encarnam essa representação. Deixam de ser eles mesmos para se tornar personagens. Atores de uma peça de teatro que muitas vezes

vai do caricato (ou “baixo cômico”, diria Tobias Barreto) ao trágico social. Sem desconhecer que o Congresso, mesmo aos trancos e barrancos, tem produzido leis intrinsecamente boas.

Seja como for, o pior é que esse dominante malogro de representatividade política associa ineficiência operacional a disfunções morais. O que não é percebido apenas como o fruto de posturas conjunturalmente equivocadas, mas de um modo distorcido de conceber e praticar a vida pública. Um tipo arrevesado de mentalidade dirigente, para dizer o mínimo. O que já significa um ponto de fragilidade estrutural do setor público-representativo brasileiro. Um fosso muito mais largo e profundo, portanto, entre os setores especificamente políticos do Estado e a sociedade civil a que ele deve fielmente servir todo o tempo.

É essa mentalidade distorcida que serve de combustível a um tipo retrógrado de cultura e nessa cultura mesma se banqueteia. Gangorra ou *feedback* do atraso mental. Do provincianismo colonial e dos privilégios monárquicos do Brasil. A responder pela indistinção entre tomar posse nos cargos públicos e tomar posse deles. Por um feudal aparelhamento do Estado e por um quase grileso loteamento de seus órgãos, entidades e verbas orçamentárias. Pela renitência de coalizões partidárias fisiológicas, e não propriamente ideológicas. Abocanhão tão persistente quanto sistêmico do patrimônio e dos dinheiros públi-

cos. Uma grande orquestra, enfim, dos que não perdem oportunidades e até as inventam para duas deletérias coisas: refestelar-se em mordomias e fazer da apropriação privada de bens e valores estatais uma “impudente festa” (Castro Alves) da mais rançosa tradição patrimonialista, clientelista e populista.

Pois bem, como a atual presidente é simultaneamente chefe de governo e de Estado, dirigente superior de toda a administração pública federal, comandante supremo das Forças Armadas, principal sujeito das relações do Poder Executivo com o Congresso, agente e artífice das relações internacionais do Brasil, hierarca maior da administração tributário-fazendária, nomeante do presidente e dos diretores do Banco Central, do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, em suma, o povo brasileiro passou a entender que ela é quem mais tem culpa no cartório pela baixa qualidade ético-funcional da vida pública brasileira. Passou a entender que a ela cabe recolocar o País nos eixos. Política, econômica e eticamente. Deflagrar com urgência e descortino, a partir de sua base parlamentar e partidária, o processo de fidelização dos políticos às suas instituições e das suas instituições às respectivas finalidades. Chamar a si o encargo de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis, com todo o rigor e devoção, pois o bom exemplo sempre deve começar de cima. Bônus e ônus em equilibrado peso.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

É aí que a presidente da República tem de se reinventar. E tem de se reinventar porque lhe incumbe mudar sua própria mentalidade quanto às coisas do poder e da política. Sair da zona de conforto da tradição clientelista para se contrapor vigorosamente à ideia corrente de que é por cooptação ou modo argentário que se estrutura o diálogo institucional com o Legislativo e os partidos. Para rechaçar o modelo também promiscuo do financiamento empresarial de partidos e campanhas eleitorais como forma habitual de reforço de caixa dos donatários e de sobrepreço dos contratos dos doadores. Mudar a presidente, então, como agente estatal, militante partidário e até como pessoa, se necessário, para que suas concretas condutas ganhem o caráter de sustentáveis. O que passa a significar, mais que simples mudança, autêntica transformação (“transformação é uma porta que se abre por dentro”, ensinou Shakespeare). Logo, o desafio da primeira mandatária do País é elevar-se de chefe a líder. De gerente a estadista. De inquilina do Palácio do Planalto a protagonista central da História.

Tendo o discernimento e a coragem de tudo começar por onde exige mesmo a cidadania: a decisiva compreensão de que o tal do custo-Brasil é alto porque o casto-Brasil é baixo. Que não é senão a lição de que “a arte de governar consiste exclusivamente na arte de ser honesto”, como pontuava Thomas Jefferson. Seguro modo de encarar e vencer o ultimato popular do “reinventar-te ou te devoro”. Para o bem de S. Exa., do Estado e da sociedade civil brasileira. Para que todos juntos pratiquemos a filosofia da abundância cooperativa que nos levará a fazer da queda iminente um altivo levantar-se até os mais altos patamares da nossa consciência de nação definitivamente democrática. A palavra está com dona Dilma. E pegar ou largar, pois nesse transe da vida brasileira não há mais espaço para vacilo, meias-palavras, faz de conta. A hora é de fazer destino e o tempo já se blindou contra qualquer tentativa de prorrogação.

22 MAR 2015



23 MAR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### O novo CPC

**C**om mais de mil artigos, o novo Código de Processo Civil (CPC) foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff e entrará em vigor em um ano – tempo necessário para que juizes, promotores e advogados possam adaptar-se às novas regras. O texto substituirá o Código de Processo Civil editado pelo regime militar, em 1973, e que já não mais atende às transformações da sociedade e seus litígios.

O novo CPC introduz várias inovações na legislação processual, mas nem todas foram bem recebidas pela comunidade forense. Ele obriga os tribunais a julgar primeiramente as causas mais antigas, ainda que causas mais recentes possam ser mais relevantes. Coordenador da comissão que elaborou o novo CPC, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que a medida tem por objetivo evitar que as ações morfam nos escaninhos por anos. Mas a magistratura discorda, alegando que a inovação impedirá o julgamento em bloco de ações idênticas, o que desafoga a pauta.

O texto também apresenta como inovações processuais regras que já constam da legislação em vigor. É o caso da ênfase na conciliação e mediação. O novo CPC dificulta ainda o acolhimento dos embargos de inrimento e extingue outros recursos – como os embargos infringentes, que dão ao réu o direito a novo julgamento

quando um dos votos nas turmas ou no plenário de tribunais superiores for diferente dos da maioria. Segundo Fux, o número excessivo de recursos retarda a tramitação dos processos e congestionam os tribunais. “Com um número razoável de recursos, é possível apurar a qualidade da decisão. O novo código sinaliza para o juiz que mais importante do que acolher uma questão formal é julgar a questão de fundo. É mais importante resolver um problema do que acolher uma questão formal”, diz ele.

Com o objetivo de descongestionar os tribunais e acabar com decisões discrepantes sobre uma mesma matéria tomadas pelas Justiças estaduais, o novo CPC valoriza os precedentes e cria a figura jurídica do incidente de resolução de demandas repetitivas. Na mesma linha, para agilizar o julgamento do chamado contencioso de massa o texto permite que os juizes convertessem ações individuais em ações coletivas. Mas, alegando que o CPC se destina basicamente aos processos individuais, empresas de telefonia, concessionárias de energia e instituições financeiras conseguiram que o Palácio do Planalto vetasse essa inovação. Segundo elas, os processos coletivos já são disciplinados pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei da Ação Civil Pública.

Acolhendo uma reivindicação corporativa, o novo CPC concedia aos advogados o direito de fazer sustentação oral

nos casos de agravo interno contra decisões monocráticas de ministros dos tribunais superiores. Mas, como cada sustentação dura pelo menos 15 minutos e os ministros chegam a julgar 300 agravos internos por sessão, o Judiciário alegou que a inovação sobrecarregaria os tribunais e conseguiu que o Planalto a vetasse.

Mesmo assim, as associações de advogados conseguiram emplacar no novo CPC uma medida polêmica. Trata-se do dispositivo que obriga os juizes a analisar, ponto por ponto, todos os argumentos das partes. Para as associações, a inovação afasta o risco de anulação de sentenças por falta de fundamentação e garante o direito das partes de obter um exame atento de suas teses. Já os juizes alegam que, para retardar a decisão de ações em que sabem que serão derrotados, muitos advogados protocolarão petições extensas e apresentarão argumentos impertinentes. Para a Associação dos Magistrados Brasileiros, a obrigatoriedade de análise de cada argumento apresentado pelas partes burocratizará o processo e levará as decisões a se tornarem ainda mais extensas.

Em sua tramitação, o projeto do novo CPC foi submetido a quase cem audiências públicas e a comissão encarregada de prepará-lo recebeu mais de 80 mil e-mails com sugestões. O texto que acaba de ser sancionado reflete as pressões políticas a que ela foi sujeita e o lobby dos grupos de interesse.

23 MAR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

MODESTO CARVALHOSA

# O patético pacote anticorrupção

**A**s medidas de combate à corrupção anunciadas pela presidente da República dia 18 aprofundam ainda mais a falta de credibilidade do governo, tanto no plano nacional quanto no exterior. Em decorrência da devastadora corrupção que se alastrou no governo federal, o Brasil, outrora país emergente, hoje sofre um desprestígio no mundo parecido com os tempos da inflação galopante e dos calotes internacionais dos anos 1980.

O pacote anticorrupção, solenemente anunciado pela presidente, insere-se nesse quadro melancólico, pois não é crível que um governo marcado e devastado pela prática generalizada de apropriação de recursos públicos em benefício dos partidos no poder venha, agora, colocar-se na posição de combatente do mal que ele mesmo diariamente pratica.

Nesse quadro patético, as propostas legislativas são mais do mesmo, pois o crime do caixa 2 está previsto no vigente Código Eleitoral, de 1965, no artigo 350. Quanto ao dramático confisco de bens dos corruptos, a matéria está plenamente contemplada na lei vigente de Improbidade Administrativa, de 1992, artigos 9.º, 12 e 16. As demais “providências” legislativas da presidente são objeto de projetos de lei em curso no Congresso, razão pela qual nada de novo foi traduzido pelo alardeado pacote.

Quanto ao decreto que “regulamenta” a Lei Anticorrupção, ressalta desde logo tratar-se de um monstro que visa, sob todas as formas possíveis, a promover a anistia ampla, geral e

**O governo demonstra que no Brasil ainda impera a república das empreiteiras**

irrestrita das empreiteiras e fornecedoras envolvidas na Operação Lava Jato, procurando mesmo imunizá-las a qualquer outra conduta corruptiva que tenham praticado fora do âmbito da Petrobrás e ainda não reveladas. Assim, o atual governo, na esteira dos três últimos que o precederam, demonstra que no Brasil ainda impera a república das empreiteiras, embora estas já estejam muito combatidas, em decorrência da firme atuação da Polícia Federal, do Ministério Público, da Justiça Federal, do STJ e do STF.

O referido “decreto regulamentador” da Presidência demonstra, às escancaras, a firme determinação do governo de proteger as empresas que com ele contratam, mantendo os mesmos termos viciados no futuro. Ao invés de concentrar a competência de processar as referidas empresas corruptas na Controladoria-Geral da União, o decreto outorga esse poder aos ministros do Estado (pasmem!), que são, desde 2003, os principais atores da prática de corrupção no Brasil. Só do último governo três deles estão sob investigação no STF e dez outros já haviam sido flagrados em atos de corrupção, só no ano de 2011. São essas as “autoridades” que vão processar as empreiteiras. Pode-se imaginar o nível de corrupção que vai surgir dessa “competência ministerial”.

Será um novo núcleo de propinas, de tráfico de influência, de

advocacia administrativa e de prevaricação. Surge um novo negócio de corrupção jamais imaginado, para grande proveito dos titulares de 39 pastas e dos partidos que os indicaram.

Não bastasse, a eventual condenação das empreiteiras pelo “ministro competente” pode ser objeto de “reconsideração” com efeito suspensivo, o que encarece ainda mais o comércio de favores ilícitos que será gerado por essa instância administrativa. A Lei Anticorrupção não fala de instância de reconsideração.

Também o decreto presidencial de 18/3 cria a figura da “investigação preliminar sigilosa”, anterior à instalação do chamado Processo Administrativo de Responsabilização. Eis aí outro foco de corrupção, pois de suas conclusões secretas pode decorrer o arquivamento do pedido de instalação do processo. Esse novo produto de corrupção obviamente não está previsto na Lei Anticorrupção de 2013 que a presidente resolveu agora “regulamentar”. Essa lei, aliás, não comporta nenhuma regulamentação, na medida em que é autoaplicável a partir de 29/1/2014, abrangendo todos os crimes continuados de corrupção, caso dos listados na Lava Jato.

Mas não para aí o “regulamento presidencial”. Em cinco artigos propositadamente confusos, o diploma do Executivo limita a multa a 5% sobre o faturamento do último exercício das empresas corruptas. A Lei Anticorrupção, todavia, fala em até 20%. Derroga, portanto, o “ato presidencial” a Lei Anticorrupção também nesse aspecto.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

23 MAR 2015

Ademais, os cálculos de aplicação dessas multas com teto quatro vezes reduzido são propositadamente de alta complexidade para permitir que as empreiteiras consigam suspender e, em seguida, anular no Judiciário as decisões condenatórias que muito raramente os ilibados ministros de Estado lhes aplicarão.

Outro aspecto absurdo do “regulamento presidencial” é a tentativa de alijamento do Ministério Público das iniciativas de responsabilizar judicialmente as empresas corruptas, buscando outorgar essa competência de propositura de ação civil pública de reparação de danos a órgãos jurídicos da própria administração federal. Essa tentativa é risível.

Inúmeras outras manobras de absolvição plena das empreiteiras estão espalhadas ao longo do texto do decreto de 19 de março. Por outro lado, o próprio decreto reproduz a impossibilidade de firmar acordos de leniência a não ser com a primeira empreiteira componente do cartel que opera na Petrobrás. Diante desse impasse, socorre-se o decreto do regime de conformidade (*compliance*), que é um dos fatores que passam a propiciar a anistia das empreiteiras. Se elas instituírem o regime de conformidade poderão, inclusive, ser absolvidas sem o pagamento de nenhuma multa, o que é absolutamente contrário ao texto da Lei Anticorrupção. Seria como alguém que praticou latrocínio deixar de ser condenado a 30 anos de prisão só porque fez profissão de fé numa igreja pentecostal prometendo seguir, a partir de agora, os ensinamentos da *Bíblia Sagrada*.

Por todo esse absurdo, a cidadania pede socorro ao Ministério Público para que requeira imediatamente ao Judiciário a anulação desse regulamento espúrio que procura derrogar, revoar, neutralizar e tornar letra morta a Lei Anticorrupção.

JURISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO 'LIVRO NEGRO DA CORRUPÇÃO' (ED. PAZ E TERRA, 1995, PRÊMIO JABUTI) E DE 'CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI ANTICORRUPÇÃO' (ED. REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2015)

23 MAR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## TCE tira de lista nomes contra auxílio-moradia

Tribunal de São Paulo retira da disputa à Procuradoria-Geral de Contas dois candidatos que pediram na Justiça extinção do benefício de R\$ 4,3 mil

**Ricardo Chapola**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) retirou da lista tríplice enviada ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) os nomes dos procuradores que pediram na Justiça a extinção do auxílio-moradia a promotores e juizes paulistas. É a partir da lista, uma relação composta pelos candidatos à Procuradoria-Geral mais bem votados nas eleições promovidas pelo Ministério Público de Contas, que o governador escolhe o procurador-geral, cargo máximo do órgão.

José Mendes Neto e Thiago Pinheiro Lima estavam entre os mais bem votados na Procuradoria. Ambos ficaram atrás apenas do procurador Rafael Neubern Demarchi Costa. A eleição no Ministério Público ocorreu no dia 4 de fevereiro. No dia 13 de fevereiro, Mendes e Lima ajuizaram uma representação junto ao TCE pela extinção do auxílio-moradia. O benefício de R\$ 4,3 mil, financiado pelos cofres públicos, foi estendido a todos os juizes e promotores de Justiça em setembro de 2014, após decisão em caráter liminar tomada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux. Na ação, Mendes e Lima sustentam que o auxílio-moradia é "antirrepublicano" e "patrimonialista". A estimativa, segundo eles, é de que o pagamento do benefício cause um prejuízo aos cofres públicos da ordem de R\$ 91,7 milhões.

**Troca.** O Ministério Público de Contas encaminhou ao tribunal um ofício com a lista tríplice dos campeões de votos em que constavam os nomes de Mendes e Lima. No dia 12 deste mês, em ofício

### ●Votação

“Dois dos nomes escolhidos em sugestão encaminhada pelo procurador-geral não coincidiram com aqueles indicados, por votação, pelos conselheiros (do TCE)”

TRECHO DE NOTA DA ASSESSORIA DO TCE

assinado pela presidente do TCE, Cristiana de Castro Moraes, os nomes dos dois procuradores já não apareciam mais da relação reencaminhada ao governador. Eles foram substituídos pelos procuradores Renata Constante Cestari e João Paulo Giordano.

No texto enviado a Alckmin, Cristiana cita a Lei Complementar n.º 1.190/2012, que estabelece em seu artigo 5.º que o procurador-geral é escolhido dentre os procuradores, “mediante lista tríplice elaborada pelo tribunal”. A presidência do TCE nega, por meio de sua assessoria, que tenha havido troca de nomes e rechaçou qualquer relação da mudança com a questão do auxílio-moradia. Segundo o tribunal, os nomes de Mendes e de Lima “não coincidiram” com os indicados pelos conselheiros do TCE, após uma segunda votação feita na Casa.

“Não houve troca de nomes. O que ocorreu foi que dois dos escolhidos, em sugestão encaminhada pelo procurador-geral, não coincidiram com aqueles indicados, por meio de votação, pelos conselheiros, conforme assegura o artigo 5.º da Lei Complementar n.º 1.110/10, alterada pela Lei Complementar n.º 1.190/12”, diz a nota da assessoria do TCE.

O Ministério Público sustenta que o governador deve escolher o procurador-geral a partir da lista tríplice feita pela própria procuradoria, conforme determina-

ção do STF, prevista na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) n.º 1.791/PE. A Adin é contestada pelo TCE.

“Em relação à Adin, o Tribunal de Contas remeteu à Assembleia Legislativa do Estado o Projeto de Lei n.º 46/14, que, quando aprovado, transferirá ao Ministério Público de Contas a competência para elaboração da lista tríplice para a escolha do procurador-geral de Contas”, diz o tribunal em nota. “O aludido projeto de lei está em tramitação na Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho da Assembleia.”

Alckmin nomeou Rafael Neubern Demarchi Costa como novo procurador-geral do Ministério Público de Contas. A nomeação foi publicada na edição de sexta-feira do *Diário Oficial*.

23 MAR 2015

## TRIBUNA DO PARANÁ

# MAIS PROCESSO POR ERRO MÉDICO

**E**m quatro anos, o número de processos movidos por erro médico que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) cresceu 140%. Dados obtidos com exclusividade pelo *Estadão* mostram que, em 2010, foram 260 ações encaminhadas à corte sobre o tema. No ano passado, foram 626 processos. São casos já julgados nos tribunais estaduais que passam para a esfera superior quando uma das partes entra com recurso.

No mesmo período, 18 médicos tiveram seus registros cassados e outros 625 receberam outros tipos de punições do Conselho Federal de Medicina (CFM) por agir com imprudência, imperícia ou negligência, práticas que caracterizam o erro médico.

Para especialistas em direito à saúde, o aumento de casos de erros médicos reportados à Justiça está relacionado com a baixa preocupação de alguns profissionais e unidades de saúde com a qualidade do serviço prestado. "Há médicos que têm de atender com cronômetro, fazer várias cirurgias no mesmo dia. É óbvio que, dessa forma, os erros começam a se tornar mais frequentes", diz a advogada Renata Vilhena. Também são apontados como fatores que levam à falha médica o aumento exponencial de cirurgias plásticas no Brasil e a má formação dos médicos, com faculdades sendo abertas em critérios técnicos.

21 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Preconceito e discriminação

**E**m uma decisão inédita, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de um casal homossexual adotar uma criança. A decisão da ministra Carmen Lúcia deve beneficiar milhares de casas homoafetivos que ainda lutam na Justiça para conseguir formar uma família. A decisão do STF abre um precedente que deve ser levado em consideração nos próximos processos sobre o mesmo assunto.

O tema é controverso e divide opiniões. No entanto, não se pode negar que se trata de um grande avanço em termos de sociedade. Importante lembrar que a própria Constituição Federal determina que todos os brasileiros são iguais perante a lei e, portanto, não se pode discriminar qualquer grupo da população.

Ainda que muitas pessoas sejam contrárias a esse tipo de adoção, não se pode “fechar os olhos” para uma realidade. Se a Justiça já reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo é natural que eles queiram formar uma família. Além disso, a adoção não traz nenhum tipo de prejuízo concreto à sociedade. Pelo contrário, trará benefícios às crianças que ganharão um lar. Ninguém pode concordar que crescer em um abrigo seja saudável e não-traumático para um ser humano.

Além disso, é importante que o Estado trabalhe para que o País se torne de fato uma Pátria livre de preconceitos. O caso de um adolescente que morreu essa semana no interior de São Paulo depois de ser brutalmente espancado por colegas de escola apenas por ser filho adotado de um casal de homossexuais não pode mais ocorrer. O garoto era vítima de bullying e a escola afirma que desconhecia o caso. Também impossível acreditar que a maioria dos brasileiros concorda com esse tipo de ocorrência.

A sociedade em geral não pode continuar a fechar os olhos para essa situação. O Brasil precisa se tornar um País mais tolerante. As crianças devem ser ensinadas a respeitar as diferenças e os adultos devem também adotar essa conduta.

# STF reconhece direito de adoção por casais homossexuais

**Decisão histórica a favor de casal de Curitiba deve beneficiar milhares de uniões homoafetivas que ainda lutam para ter uma família constituída**

Rubens Chueire Jr.  
*Reportagem Local*

Curitiba – Enquanto a Câmara dos Deputados discute a aprovação de um conservador Estatuto da Família, que rechaça diferentes estruturas familiares, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, pela primeira vez, o direito de um casal homossexual adotar uma criança. A decisão histórica relatada pela ministra Carmen Lúcia no acórdão do dia 5 de março, e que foi publicado apenas nesta última quarta-feira no Diário Oficial da União, deve beneficiar milhares de casais homoafetivos que ainda lutam na Justiça para conseguir formar uma família.

A posição da Suprema Corte sobre a questão foi tomada ao julgar um recurso extraordinário protocolado por um procurador do Ministério Público do Paraná (MPPR), que se posicionava contra a decisão de conceder a adoção conjunta de uma criança ao professor Toni Reis e seu companheiro, David Harrad, que moram

em Curitiba.

Agora, tal decisão do STF abre um precedente que deve ser levado em consideração nos próximos processos sobre o mesmo assunto. Não se trata de uma jurisprudência vinculante, ou seja, a Justiça de primeiro e segundo graus não é obrigada a seguir tal determinação, entretanto, fica clara a postura adotada pela Suprema Corte. “Foi uma grande vitória não somente para a gente como casal, mas para toda a comunidade LGBT. Esta decisão é histórica e agora todos os tribunais de primeira e segunda instâncias terão que levar em consideração esta linha seguida pelo STF”, comemorou Toni Reis.

Em sua decisão, a ministra relatora do STF ressaltou que “a Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente ao rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva.

Por isso que, sem nenhuma ginástica mental ou alquimia interpretativa, dá para compreender que a nossa Magna Carta não emprestou ao substantivo “família” nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica”.

Carmem Lúcia ainda completou, frisando que “assim interpretando por forma não-reducionista o conceito de família, penso que este STF fará o que lhe compete: manter a Constituição na posse do seu fundamental atributo da coerência, pois o conceito contrário implicaria forçar o nosso Magno Texto a incorrer, ele mesmo, em discurso indisfarçavelmente preconceituoso ou homofóbico”.

Para Adriana Hapner, advogada e presidente da Comissão de Direitos da Família da OAB-PR, a decisão do STF é algo extremamente positivo. Segundo ela, será natural que tanto a primeira quanto a segunda instância da Justiça venham a acompanhar o que foi decidido pelo Supremo ao julgar casos semelhantes. “O que tem que ser observado num processo de adoção é se a família está preparada para acolher a criança. Independente de orientação sexual, isto não serve como requisito para ser concedida ou não uma adoção”, afirmou.

“Foi uma grande vitória não somente para a gente como casal, mas para toda a comunidade LGBT”

CONTINUA

21 MAR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### CASO

Toni e David deram entrada para se qualificar para a adoção em 2005 e, três anos depois, o juiz da Vara da Infância e Juventude de Curitiba se posicionou favorável à adoção conjunta, mas colocou duas restrições. Que as crianças a serem adotadas tivessem que ser meninas e ter mais de 10 anos de idade. O casal recorreu e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) derrubou essas duas condições. Mas, em seguida, um procurador do MPPR recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

21 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA  
RECEITA ESTADUAL

# Gaeco prende 19 por suspeita de trocar imposto por suborno

Sete auditores fiscais, empresários e um policial civil estão no grupo detido na Operação Publicano. As prisões foram cumpridas em Londrina, Ibiporã e Curitiba. A força-tarefa de combate ao crime organizado também fez busca e apreensão em casas e endereços comerciais em outros sete municípios do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Há indícios de que os servidores livravam os contribuintes do pagamento de tributos em troca de vultosas propinas

21 MAR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Operação Publicano

### prende mais 19 no PR, SP e RJ

#### Gaeco apura se auditores fiscais livravam empresários do pagamento de tributos estaduais em troca de propinas

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

**U**m desdobramento das investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) sobre um esquema de corrupção e cobrança de propina na Receita Estadual (RE) levou à prisão mais 19 pessoas, incluindo sete auditores fiscais, empresários e um policial civil. A operação Publicano, em referência nomeado ao coletor de impostos na época do Império Romano – apura se auditores fiscais livravam empresários do pagamento de tributos estaduais (especialmente ICMS) em troca do pagamento de vultuosas propinas. Tais atos podem configurar corrupção ativa e passiva, formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

Os mandados de prisão, expedidos pelo juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, que atua desde janeiro no caso que

começou com uma investigação de exploração sexual de adolescentes, foram cumpridos na manhã de ontem em Londrina, Ibiporã e Curitiba. O mesmo magistrado também autorizou busca e apreensão em residências e endereços comerciais em Maringá, Bandeirantes, Campina Grande do Sul, Alvorada do Sul, Pálmital (SP), Rio de Janeiro e Angra dos Reis (RJ). Além disso, foram expedidos 15 mandados de condução coercitiva – quando a pessoa é levada para prestar depoimento, mas não permanece presa. Só em Londrina, 60 policiais e promotores participaram da operação e no total, 80 agentes foram mobilizados nos três estados.

Apenas um dos suspeitos não foi localizado: o ex-delegado da Receita Estadual de Londrina, Márcio de Albuquerque Lima, que é auditor concursado do Estado, mas está afastado em decorrência das investigações. Lima passou a ser alvo do Ministério Público (MP) no começo de março, quando a Justiça decretou a quebra de seu sigilo bancário e fiscal, além de autorizar busca e

apreensão em sua residência e no gabinete que ocupava em Curitiba até março, quando ainda era inspetor-geral de Fiscalização da RE do Paraná.

Lima e outros auditores são investigados por possível enriquecimento ilícito. É o caso de Luiz Antônio de Souza, que também teve a prisão decretada ontem, embora já esteja preso desde janeiro, quando foi flagrado em um motel com uma adolescente de 15 anos. Outro auditor que também já estava preso por supostamente integrar um esquema de exploração sexual, é investigado por patrimônio incompatível com a renda e teve a prisão novamente decretada foi José Luiz Favoreto.

**CONTINUA**

21 MAR 2015

## FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Entre os 19 presos ontem estão o ex-delegado da RE de Londrina Dalton Lázaro Soares e os auditores Marco Antônio Buenó e Rosângela Semprebom, irmã de Luiz Antônio de Souza. Também faz parte da família Rosineide de Souza, irmã de Rosângela e Luiz Antônio. Além de advogada, ela é funcionária da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). Concursada como agente administrativo, ela tem salário de R\$ 1,5 mil. Porém, segundo dados da assessoria de imprensa da companhia, está de licença não remunerada para estudo desde junho do ano passado. Por ter registro na OAB, ela seria conduzida a uma sala de Estado Maior, possivelmente, o Corpo de Bombeiros.

CONTINUA

21 MAR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# Promotor descarta elo com 'Voldemort'

O empresário Paulo Roberto Midauar, preso na operação Voldemort, que envolve o também empresário Luiz Abi Antoun, parente de Beto, também teve a prisão novamente decretada. Midauar seria dono de uma revendedora de combustíveis em sociedade com seu cunhado, Stefan Ruthschilling, preso ontem. Outro detido é suspeito de ter oferecido propina a policiais militares rodoviários quando transportava combustível para a distribuidora de Ruthschilling. Os nomes dele e de outros presos não foram revelados.

O promotor do Gaeco, Cláudio Esteves, disse que ainda não é possível estabelecer um elo entre os casos. "Existem lideranças nesses dois grupos, mas não temos ainda nenhuma comprovação de que haja um elo dessas natureza."

O Gaeco também prendeu o policial civil André Santelli, lotado na delegacia de Ibiporã, onde foi detido. Ele foi transferido para Curitiba, para uma ala da Corregedoria-Geral, destinada à prisão de policiais. Santelli é ex-funcionário da RE e irmão de um servidor estadual. Esteves não detalhou a participação de nenhum dos presos no esquema e, sobre o policial, disse que "este ponto interessa decisivamente para investigação".

Os advogados da maior

parte dos investigados não quiseram dar declarações alegando que desconheciam os motivos das prisões. Outros não foram localizados.

Um casal de empresários do ramo têxtil, que não teve o nome revelado, também foi preso ontem pela manhã, mas foi liberado à tarde, após colaborar com as investigações, descrevendo sua participação e a de outros integrantes do esquema. Um contador, que também fez revelações ao delegado do Gaeco, Alan Flore, foi liberado. "Tivemos a cooperação importante de algumas pessoas para elucidação dos fatos", avaliou Esteves. (L.C.)

### Suborno motivou prisões

Além da necessidade de manutenção da ordem pública e conveniência da instrução penal, o Gaeco também argumentou como motivo para pedir a prisão das 20 pessoas na operação Publicano o fato de que um agente do grupo foi vítima de tentativa de suborno por parte de envolvidos. O promotor Cláudio Esteves não detalhou o fato, mas disse que os corruptores ofereceram dinheiro ao agente, cuja identidade e função também não foram divulgadas. O Gaeco é composto por policiais civis, militares e promotores.

"No curso das investigações, houve uma situação clara de pessoas que ofereceram vantagem para obter informações concernentes à atuação do Gaeco. Foi um dos fatores que levou à decretação de parte dessas prisões", afirmou o promotor. "É uma das situações mais ousadas que já tivemos numa investigação. Nos preocupou sobremaneira, causou profunda indignação." (L.C.)

21 MAR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Justiça suspende eleições na FPF

Rafael Souza

*Reportagem Local*

Não será hoje que o futebol paranaense conhecerá o novo mandatário da Federação Paranaense de Futebol (FPF). As eleições previstas para este sábado foram suspensa pela Justiça, no início da noite desta sexta-feira, graças a um pedido conjunto de Atlético, Coritiba e Paraná Clube.

Além das eleições, o Trio de Ferro paranaense, que apoia o candidato da oposição Ricardo Gomyde, queria também a suspensão de toda a Assembleia, marcada para este sábado em um hotel da capital. O juiz Austregésilo Trevisan, no entanto, acatou apenas o pedido de suspensão das eleições, argumentando que o edital do processo "não foi publicado em três órgãos da imprensa de grande circulação". Dessa forma, a apresentação de relatórios e a prestação de contas da gestão de Hélio Cury serão realizadas como previsto anteriormente.

A decisão da suspensão pegou a todos de surpresa, já que, no início da tarde, a chapa "FPF forte para todos os filiados. Oposição de Verdade", encabeçada por Ricardo Gomyde, havia ganho também na Justiça, através de uma liminar, o direito de participar das eleições.

O direito do grupo de oposição ao atual presidente Hélio Cury de participar do pleito havia sido indeferido pelo Conselho Eleitoral da FPF na última terça-feira, por falta do mínimo de 30 subscrições, previstos no Estatuto da Federação.

Até o fechamento desta edição, a Federação Paranaense ainda não havia se pronunciado sobre uma nova data para a realização das eleições. Cury ocupa o cargo máximo do futebol estadual desde 2007.

22 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA  
DIREITO CONSTITUCIONAL

# 'Culpa grave também é caso de impeachment'

Jurista Ives Gandra Martins defende que a presidente Dilma pode ser impedida por negligência ou omissão

66

*O primeiro julgamento de impeachment é sempre político. Collor foi afastado por corrupção, mas havia sido absolvido pelo STF"*

Edson Ferreira  
Reportagem Local

**A**o dizer em entrevistas que a "destruição da Petrobras" traz elementos suficientes para o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), o jurista Ives Gandra da Silva Martins provocou reações acaloradas de todos os lados. Para ele, a culpa grave, caracterizada pela omissão, imperícia e negligência, mesmo sem a intenção de se cometer o prejuízo ao erário, basta para o afastamento do gestor. Artigos foram publicados combatendo a tese, outros defendendo. "Quando dou a minha posição jurídica, todo mundo tem o direito de atacar ou elogiar, porque essa também é uma das vantagens da idade", diz Gandra Martins, de 80 anos.

Em entrevista exclusiva à FOLHA, um dos maiores juristas do país analisa o cenário político-econômico atual.

Defensor do parlamentarismo, ele reafirma o risco de impeachment que Dilma está correndo ao perder apoio das bases, inclusive no próprio partido.

*Muitos são os posicionamentos jurídicos contrários ao impeachment ou afastamento, mas o senhor tem um parecer que embasa um eventual pedido. Pode explicar sua tese?*

Culpa grave, com base na orientação do STJ (Superior Tribunal de Justiça) também justificaria o impeachment. A maior parte entende que o impeachment só é possível se houver dolo (intenção de cometer o ato ilegal), se há prova inequívoca de que a pessoa participou. Enquanto que no meu parecer digo que a culpa grave, com base na jurisprudência, também é crime de improbidade administrativa. Os outros defendem que somente com dolo, comprovada a participação da presidente, é que haveria, efetivamente, a possibilidade de im-

peachment. O meu parecer é exclusivamente jurídico, não há nenhuma carga contra a presidente Dilma.

*O fato de Dilma ter estado na presidência do Conselho de Administração da Petrobras à época das primeiras denúncias aumenta a responsabilidade jurídica dela?*

Sendo presidente do Conselho da Petrobras, ministra de Minas e Energia, Presidente da República, e mesmo com um assalto de bilhões e bilhões de reais à empresa, ainda manteve a mesma diretoria. A Graça Foster foi presidente, mas antes, quando Dilma presidia o Conselho, Graça era diretora. (Dilma) manteve a diretoria até fevereiro deste ano, já neste novo mandato, numa demonstração de continuidade com a mesma equipe sem fiscalizar, então nós temos a caracterização de culpa grave, que é negligência, imperícia, imprudência ou omissão. A lei da improbidade administrativa fala em omissão.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

No caso, ela mesma reconhece a omissão, quando presidente do Conselho disse que se tivesse lido melhor os pareceres técnicos, se tivesse as informações que tem agora, não teria feito o negócio de Pasadena. Ora, o próprio estatuto da Petrobras declara que nos negócios, o Conselho de Administração, para não ficar aceitando apenas as informações da diretoria, pode pedir uma auditoria externa para dar uma opinião. Num negócio de R\$ 2 bilhões por que não se pediu essa auditoria externa e só vai reconhecer que errou depois de anos, quando comprovado que houve desvios gravíssimos na Petrobras? Não estou dizendo que ela teve a intenção de prejudicar, que ela se beneficiou, não estou dizendo isso. Estou dizendo que houve omissão, houve negligência, houve imperícia. Por imperícia, entenda a pessoa que não está habilitada. Você não vai pedir para o oftalmologista fazer uma operação de coração, pois é claro que ele não vai fazer bem.

*A situação atual envolvendo a presidente Dilma Rousseff tem relação com o caso do ex-presidente Fernando Collor de Melo, que teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos em 1992?*

Não. No caso do ex-presidente Fernando Collor eles fizeram com base no dolo. Por isso, a maioria dos que tem atacado meu parecer tem defendido a tese de que somente poderia ocorrer o processo de impeachment com o dolo, mas eu mostrei que culpa grave é também caso de impeachment.

*E mesmo com esse caso histórico do Collor de Melo, ainda existem divergências sobre casos de impeachment. O entendimento ainda não está pacificado?*

De rigor, o primeiro julgamento de impeachment é sempre político. Por exemplo, o Collor foi afastado por corrupção, quando na verdade, foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), então, não havia prova contra ele. Não tendo conseguido provas mais substanciais, falaram na perua Elba, que ele teria recebido, mas depois ficou provado que ele não fez nenhum favor a Fiat por ter recebido o carro. O julgamento era político e o Brasil estava ingovernável. A razão do afastamento do Collor é que ele estava com o mesmo índice de aprovação da Dilma hoje, de 13%. A rejeição dele era de 68%. Para embasar, sempre apresentaram um argumento de que há dolo.

*Por que o advogado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, José de Oliveira Costa, pediu esse parecer jurídico sobre a possibilidade de impeachment ao senhor?*

Quando me pediu o parecer, me garantiu que o parecer não era para o Fernando Henrique, disse que era para um grupo de colegas dele e até hoje eu não sei exatamente quais são os colegas.

*Política e ideologicamente, o senhor está no polo oposto ao PT, então esse parecer favorável ao impeachment não tem a contaminação de suas convicções particulares?*

Tenho livros escritos com o ministro Gilmar Mendes, com a ministra Cármen Lúcia, com o Luiz Roberto Barroso, com o ministro Marco Aurélio de Mello. O que eu quero dizer é que conheço bem todos

eles e tenho um respeito muito grande por todos esses ministros. Apesar disso, achei que o José Dirceu não poderia ser condenado no caso do mensalão, porque eu li todo o processo e todas as informações que estavam lá eram de testemunhas. Naquele momento eu fui elogiadíssimo pelo PT. Nunca votei no partido, a não ser num deputado que eu admirava muito chamado Helio Bicudo. Mas independente disso; tenho a minha posição contrária ao PT, embora com bons amigos dentro do partido, mas aqui nós falamos do ponto de vista do direito, é diferente. O Gilmar (Mendes) me disse que eu estava canonizando o (Ze) Dirceu e no mesmo momento, outros diziam que eu era o homem mais imparcial do país. Agora, apesar do meu parecer, não fui às manifestações do dia 15, para não dar conotação política. Contudo, pouco importa. Quando dou a minha posição jurídica, todo mundo tem o direito de atacar ou elogiar, porque essa também é uma das vantagens da idade, e tenho 80 anos, com livros publicados em 21 países, títulos em universidades do Brasil, América e na Europa, pouco me importa a opinião dos outros. Nunca no direito, nunca, a minha posição ideológica influenciou na minha interpretação.

## CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

*O senhor defende o sistema parlamentarista como o mais adequado para evitar que governantes negligentes e omisso sejam mantidos no poder. Como seria possível melhorar as nossas regras mesmo no sistema presidencialista?*

Vou recuperar um episódio: o Paraguai estava preparando a Constituição deles quando eu fui convidado com outros constitucionalistas de toda a América para fazer lá a minha exposição. Declarei ser parlamentarista e disse na minha palestra que não seria incompatível admitir impeachment em caso de mal desempenho, semelhante ao que temos hoje no Brasil. Não sei se a minha palestra teve alguma influência no texto final paraguaio, mas depois o artigo 225 da Constituição deles consagrou o dispositivo de afastar o presidente por mal desempenho. O ex-presidente Fernando Lugo foi afastado por isso. Ele foi para casa, não houve tropas nas ruas e ele pôde concorrer a senador. Isso porque é um sistema tranquilo. Para você provar culpa e dolo é necessário construir uma prova mais complicada. Aljás, a nossa Constituição era pra ser parlamentarista, mas foi mudada no plenário.

*Mas essa possibilidade, contemplada na Constituição, de afastar o chefe do Executivo não pode gerar instabilidade, na medida em que os adversários políticos podem se articular e alegar mal desempenho do presidente apenas para retirá-lo e assumir o espaço?*

Se o parlamento tira, assume imediatamente o vice. Se o vice também foi tirado, há eleição direta nos primeiros dois anos e indireta caso tenha ocorrido nos dois últimos anos do mandato.

22 MAR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Prefeito de Chopinzinho é preso

Viviani Costa

Redação Bonde

23 MAR 2015

O prefeito de Chopinzinho (Sudoeste), Leomar Bolzani (PSDB), foi preso na manhã de ontem por suspeita de envolvimento na morte do procurador Geral do Município, Algacir Teixeira de Lima, de 51 anos. O crime ocorreu na última segunda-feira na cidade, de pouco mais de 20 mil habitantes. A ordem de prisão foi decretada pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-PR).

Segundo informações da Polícia Civil, um homem teria invadido a residência do procurador e atirado contra ele no final da manhã. Conforme as investigações, dois rapazes em um carro aguardavam o autor dos disparos do lado de fora da residência. O procurador foi abordado ao chegar em casa com as duas filhas e, ao sair do veículo, foi atingido por seis disparos.

Em nota, a assessoria da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (Sesp) informou que o prefeito Leomar Bolzani foi detido na própria residência e encaminhado para a 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco (Sudoeste). Nos últimos três dias, seis pessoas foram presas por suspeita de envolvimento no crime. Os detalhes da investigação e da suposta participação do prefeito de Chopinzinho no homicídio não foram revelados pela Polícia Civil e nem pela assessoria de imprensa da Sesp.

23 MAR 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Decisão que autorizava incorporação de quintos ofende princípio da legalidade

Por maioria dos votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deu provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 638115, que discute a constitucionalidade da incorporação de quintos por servidores públicos em função do exercício de funções gratificadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 (2 de abril de 1998) e a Medida Provisória 2.225-45/2001 (4 de setembro de 2001). A matéria, com repercussão geral reconhecida, alcança mais de 800 casos sobrestados em outras instâncias da Justiça.

O RE foi interposto pela União contra acórdão do Superior Tribu-

nal de Justiça (STJ) que reafirmou entendimento de que é possível a incorporação dos quintos – valor de um quinto da função comissionada por ano de exercício, até o limite de cinco anos, que se incorporava à remuneração – no caso em questão.

### JULGAMENTO

O relator da matéria, ministro Gilmar Mendes, votou pelo conhecimento do recurso. Ele foi seguido pelos ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. Nesse ponto, ficaram vencidos os ministros Luiz Fux e Celso de Mello, bem como as ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia, ao

entenderem que o RE refere-se a matéria infraconstitucional.

Em seguida, o ministro Gilmar Mendes votou pelo provimento do recurso. Para ele, o direito à incorporação de qualquer parcela remuneratória – quintos ou décimos – já estava extinto desde a Lei 9.527/1997. Ele lembrou que, conforme a Procuradoria Geral da República (PGR), “em nenhum momento a MP 2.225 estabeleceu novo marco temporal à aquisição de quintos e décimos, apenas transformou-os em VPNI, deixando transparecer o objetivo de sistematizar a matéria no âmbito da Lei 8.112/1990, a fim de eliminar a profusão de regras sobre o mesmo tema”.

23 MAR 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Empregada vítima de assédio sexual no trabalho será indenizada

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de recurso da Ingersoll Rand Indústria Comércio e Serviços de Ar Condicionado Ltda. contra condenação ao pagamento de indenização por dano moral a uma operadora de produção que foi alvo de propostas de cunho sexual de seu supervisor, que prometia efetivá-la no emprego caso saísse com ele.

Na reclamação trabalhista, a operadora disse que passou a evitar o supervisor após saber de suas intenções sexuais e que, por receio, não contou aos superiores, pois o supervisor tinha dez anos na empresa e ninguém acreditaria nela, “que trabalhava sempre nervosa, acuada e constrangida”. Depoimentos de colegas de trabalho confirmaram sua versão.

Além dos depoimentos, a juízo da 1ª Vara do Trabalho de Araucária (PR) constatou a influência do supervisor nas admissões e dispensas, confirmada por testemunha da empresa. Assim, convenceu-se do assédio sexual e deferiu à operadora indenização por dano moral de em R\$ 5 mil.

No recurso ao TRT da 9ª Região (PR) a empresa alegou que a prova testemunhal era inconclusiva, pois suas testemunhas nunca presenciaram conduta suspeita do supervisor.

23 MAR 2015

BEMPARANÁ

# Justiça faz leilão de bem apreendido na Lava Jato

Porsche Cayman será o primeiro a ser vendido na operação; veículo vale R\$ 200 mil

A Justiça Federal no Paraná realiza, hoje, o primeiro leilão de um bem apreendido na operação Lava Jato. Um veículo importado modelo Porsche Cayman, avaliado em R\$ 200 mil, pertencia a uma das denunciadas pelo MPF por organização criminosa e crimes financeiros e de lavagem de dinheiro. O objetivo da Força-Tarefa do MPF que atua na operação Lava Jato é pedir a alienação antecipada de todos os bens apreendidos que estão sujeitos à depreciação durante o trâmite dos processos.

A realização de leilão de bens apreendidos antes mesmo do fim do processo criminal, conhecida como alienação antecipada, tem o objetivo de preservar o valor econômico do bem que está sujeito à deterioração e à consequente perda de valor. Bens como carros, barcos e aviões, além de exigirem uma manutenção regular que gera custos, estão sujeitos a depreciação, que podem resultar em prejuízo para o conjunto da sociedade, no caso da utilização do bem para ressarcimento aos cofres públicos, ou para o próprio réu da ação penal, no caso de devolução do bem ao fim do processo.

O leilão está previsto para as 14 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação. Em caso de não haver interessado neste dia, um novo leilão está marcado para o dia 31.